

# ALAVANCA 40<sup>h</sup>

40<sup>h</sup>  
NO ANO

6 de Outubro

# O VOTO REIVINDICATIVO



Quatro anos de «estabilidade» governativa do PSD não resolveram os significativos atrasos estruturais do nosso país. Agravaram-se as desigualdades. Prosseguiu-se uma errada política de contenção salarial e desregulamentação do trabalho. Em áreas importantes como o ensino, saúde, habitação, segurança social, emprego e condições de trabalho continuaram os velhos problemas.

O que é grave é que se dispuseram de condições suficientes para proceder a uma efectiva modernização do aparelho produtivo e era possível mais justiça social e mais solidariedade.

A «democracia de sucesso» não passa de um slogan propagandístico.

A participação dos trabalhadores no próximo acto eleitoral de 6 de Outubro é essencial, tendo presente o que foi esta governação e a Plataforma Reivindicativa da CGTP-IN

## Carvalho da Silva:

«Desenvolvimento só com valorização e qualificação da mão-de-obra»

Neste número entrevistámos Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, que afirma que «o crescimento económico verificado não foi distribuído com equidade». Aquele dirigente sindical adianta que «nós não seremos um país desenvolvido e competitivo se não praticarmos uma política de valorização e de qualificação da mão-de-obra».

Carvalho da Silva acrescenta que «não é possível uma sociedade democrática sem o respeito pelos direitos dos trabalhadores, sem o respeito pelas suas organizações e sem uma grande intervenção dos trabalhadores na vida das nações».

Centrais

## EDITORIAL

### É o nosso futuro

21 anos de história, de histórias de resistência, de luta e de conquistas, na vida da CGTP-IN

Sempre intransigente na defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores.

Sempre solidária. Sempre lutadora pelo aprofundamento da democracia, em todas as suas vertentes.

Sempre aglutinadora da vontade dos trabalhadores por mais progresso económico e social, por mais solidariedade, por um mundo de paz.

Hoje, perante os acontecimentos que vão transformando o mundo a um ritmo alucinante, crescem as suas responsabilidades, mais importante se torna a acção do movimento sindical.

Nos últimos 5 anos, o Governo desbaratou uma conjuntura externa extremamente favorável e os volumosos fundos comunitários que foram postos à disposição de Portugal não foram bem aplicados.

Tinha sido possível uma electiva modernização do aparelho produtivo, com mais justiça social e mais solidariedade.

Tinha sido possível combater os desequilíbrios regionais.

No entanto, a política seguida não respondeu às necessidades do país.

Aumentaram os despedimentos colectivos. Ressurgiram os salários em atraso. Manteve-se o trabalho infantil. Cresceu o emprego precário. O número de acidentes de trabalho é escandaloso. Aumentou o encerramento de empresas. Atacaram-se os direitos dos trabalhadores.

Por tudo isto, a proximidade das eleições legislativas exige de todos os trabalhadores um empenho acrescido no esclarecimento, que leve a que todos participem e votem, no próximo acto eleitoral, de modo a concretizarem as suas aspirações.

Hoje, como ontem, é necessário assegurar os direitos dos trabalhadores, combater as discriminações e resgatar os conteúdos gravosos do pacote laboral.

Hoje, como ontem, é necessário assegurar uma mais justa distribuição do Rendimento Nacional, conseguir uma maior justiça, fiscal, reduzir as desigualdades sociais.

Hoje, como ontem, é necessário mais solidariedade, melhor segurança social, menos tempo de trabalho, melhor qualidade e estabilidade de emprego.

E o nosso futuro, é a qualidade de vida dos trabalhadores que está em jogo.

Manuel Lopes

CGTP  
21 ANOS  
1970-1991

No próximo dia 1 de Outubro, a CGTP-IN completa 21 anos.

## Ambiente

## Balança negativo

**T**ambém na área do ambiente o balanço que se faz da actividade do Governo é francamente negativa. É o próprio ministro do Ambiente e Recursos Naturais, Carlos Borrego, que confirma que o balanço da aplicação da legislação sobre o ambiente não é positiva, justificando tal facto por razões de ordem económica, por preparação das indústrias e pela falta de meios técnicos e humanos para o cumprimento da legislação.

Na verdade, o Grupo Sindical para o Ambiente da CGTP-IN, afirma que alguma legislação decorrente e complementar da Lei de Bases do Ambiente encontra-se ou por regulamentar ou por complementar.

Em reunião com o ministro, a CGTP-IN exigiu que o Plano Nacional de Política de Ambiente seja efectivamente executado, pelo que deverá ser rapidamente aprovado.

Com efeito, a Lei de Bases do Ambiente impunha a saída do Plano um ano após a sua entrada em vigor. O que é factível que já lá vão quatro sem que o Plano seja executado, embora o Primeiro-Ministro a ele se tenha referido em 1990.

Por outro lado, o prometido debate e participação da sociedade civil na elaboração de legislação não têm sido cumpridos.

É já em 1992, no Brasil, que se realiza a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, na qual a CGTP-IN vai cooperar e participar na preparação.

Quando em 1987 o Governo anunciava com pompa e circunstância, a promoção da Juventude com a nomeação do respectivo Ministro, muitos terão pensado — «agora é que é, agora é que os problemas dos jovens se vão resolver!!». Além do mais no programa do governo, então aprovado, falava-se da «... construção de uma política global de Juventude...».

Quatro anos se passaram e os «quebra cabeças» continuam. Arranjar uma casa; obter um emprego estável; ter formação profissional a sério; entrar p'rá Universidade... são algumas das amarguras que a «estabilidade política e governativa» não baniu do quotidiano dos jovens.

## Juventude

## «Quebra cabeças» continuam

**D**esempregados estão 150 mil mas só 8300 recebem subsídio de desemprego.

A precariedade do emprego atinge a generalidade dos jovens — sejam eles a prazo, à tarefa ou «independentes». Regista-se que apenas 28.5% (1) das novas admissões foram com contratos permanentes. Por outro lado, num estudo feito pela Interjovem, em 28 empresas verifica-se que 87.5% das resissões eram de contratos a prazo.

O alargamento experimental para 3 meses nas empresas com menos de 20 trabalhadores, contido na revisão da legislação laboral, fará subir a onda da precariedade.

A formação profissional continua a não ser garantida à maioria dos jovens que estão no mercado de trabalho, pese embora os mais de 400 milhões de contos gastos entre 1986/89.

A via profissionalizante do ensino tem uma expressão muito reduzida, dos 240 mil jovens que frequentam o ensino secundário apenas 13% se encontram em cursos técnico-profissionais.

A falta de formação torna difícil e moroso o processo de inserção profissional dos jovens.

Os cancro do sistema educativo também não foram resolvidos.

Portugal regista os maiores índices de insucesso e abandono escolar dos países da CEE.

Os 9 anos de escolaridade não são cumpridos por mu-

itos jovens. Só no ano lectivo 88/89, 126 673 abandonaram o sistema de ensino sem terem concluído o 9.º ano (cerca de 30%).

O apoio social escolar está caduco e desajustado da realidade socioeconómica da maioria das famílias portuguesas. 75% dos jovens que abandonam a escola fazem-no por razões económicas.

O sistema de acesso ao ensino superior continua a deixar muitos milhares à porta da Universidade: 50 mil no ano lectivo 90/91.

A expressão popular «quem casa quer casa» não teve sequência prática. Sendo uma das promessas do Governo «... construir mais casas e garantir o acesso à habitação das famílias de menores recursos e dos jovens...» (programa do Governo), o resultado é desastroso.

A carência habitacional situa-se em 800 mil casas. As rendas atingem níveis que os salários não acompanham.

O crédito jovem apenas satisfaz os menos carenciados, já que comprar uma casa de 5 mil contos e recorrer ao crédito é preciso ter um salário de 126 contos!

Como se verifica, a «política global de Juventude» não passou pelas áreas essenciais da vida dos jovens. Há que procurar o seu paradeiro!... Será que existe?

Maria da Luz Nogueira Interjovem

(1) Departamento de Estatística do MESS



## Encontre por si própria a resposta

**C**omo sabe quando se coloca um ponto de interrogação (?) no fim de uma frase estamos a fazer uma pergunta. E é isso que hoje lhe fazemos. Mas não queremos que nos responda. Apenas lhe pedimos para pensar e para encontrar, por si mesma, uma resposta.

Aqui ficam as perguntas:

— O que é para si a modernização?

— O que é para si o sucesso?

Agora veja se alguns destes exemplos que seguem estão de acordo com o que você pensa sobre as três perguntas que lhe colocámos.

— Uma família trabalhadora. Um dos cônjuges há mais de dois meses não recebe salário. O patrão diz que não tem dinheiro para lhes pagar.

— Maria está há mais

de 20 anos naquela empresa. Tinha 16 anos quando entrou para lá. Os teares e os continuos não têm segredos para ela. Gosta do seu trabalho. Gosta da empresa, uma grande empresa com muito nome no estrangeiro. Mas o vento lá vem e saíram, os teares saíram com indemnizações e já estão a fazer outras coisas; outros, grande parte, espera, espera... Maria não aguentou esperar. Está com «baixa», à espera. O Porsche do patrão também esperava por ele à entrada da fábrica.

Amélia é viúva, tem vários filhos. Dois em idade de trabalhar como se diz e melhor Amélia conta apoiar-se para pagar os estudos aos outros dois. Conseguiu trabalho para o rapaz e a rapariga mas Amélia está preocupada: ambos estão a prazo. O rapaz tem um feitiço dos diabos se fizerem-lhe alguma não se cala. Já viu se ele vem para a rua? Diz ela preocupada.

A rapariga é mais calma e não respinga tanto mas já lhe foi dizendo que são muitas horas, que eles andam sempre em cima delas para darem mais produção e já lhes disse que era preciso fazer horas mas não querem pagar. Amélia não sabe o que fazer.

Agora no mês de Agosto Marta teve cá a irmã, o cunhado e as sobrinhas. Estão em França já há muitos anos.

Agora as estradas estão muito boas, pusemos aqui num instantinho. Isto está no momento, dizem. Mas realmente como é que vocês podem viver com 40 contos! Meu Deus o co-

mer aqui está mais caro que em França e nós ganhámos muitíssimo mais, não contando com os «burros» que a gente faz... para um «argento» de bolso, como se diz.

— Nós agora temos tudo nos Supermercados todo na hora, tal e qual. E preciso é ter dinheiro para comprar.

— Quem é aquele velhote? É o sr. Martinho não te lembras dele? O filho da sr.ª Quinhas, o pai da Zeca gorda?

Aquele que trabalhava lá na quinta do nosso patrão... e tratava dos jardins lá da fábrica... Eu dou-lhe sempre alguma coisa, coitado com um pensamento de mié e ainda por cima a filha não quer saber nada dele...

Quem sabe se alguma destas realidades é a sua mas, se não for, assegure-lhe que é de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Alguns coisa de tudo isto tem a ver com a mo-

dernização, a estabilidade e sucesso?

Depois de encontrar a sua resposta convide-a a dá-la no dia 6 de Outubro, dia em que somos chamadas a escolher os deputados (infelizmente muito poucas mulheres aparecem nas listas) para a Assembleia da República e, consequentemente, o futuro Governo que sairá das fileiras do partido mais votado.

Até lá oiça, veja, leia tudo o que por aí os vários partidos andam já a dizer e a prometer. E se lhe apetecer mandá-los todos à fava, não faça isso. Porque com ou sem o seu voto, um deles vai formar Governo e, depois, bom ou mau, temos de o aturar. E é sempre melhor aturar alguém de quem se goste um pouco. Não é verdade?

Helena Policarpo

ALAVANCA  
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes  
Coordenador de Edição: Mário Rui Ferreira.

Redacção: Gonçalves André, Hermínio Fernandes, Júlio Cardoso, Manuela Monteiro e Helena Policarpo.  
Fotografia: João Silva.

Grafismo: Cristina Albuquerque.

Cartoons: Humberto Santana.

Colaboraram nesta edição: Maria do Carmo Tavares, Veríssimo Ferro, Luís Costa, Fernando Marques, Mário Jorge, Rui Pinto, Vasco Cal, Rosa Brandão, Augusto Sousa.

Propriedade: Edições 1 de Outubro.  
Circulação: 69 000 exemplares.

Composição, Montagem e Impressão: Heska Portuguesa.

Depósito Legal: 43 077/91.

Morada: Rua Vitor Córdon, n.º 1, 2.º  
1294 Lisboa Codex.  
Telef.: 347 21 81  
FAX: 347 21 89  
Telex: 15 572.

A Segurança Social tem estado sempre na primeira linha das preocupações e reivindicações fundamentais da CGTP-IN, pois ela é um elemento insubstituível da solidariedade e da coesão social.

## Segurança Social

# Na primeira linha das preocupações

A CGTP-IN ao longo dos anos vem apresentando vários temas para reflexão e discussão no Movimento Sindical, nas Instituições onde participa, e propostas que se basiam em dois princípios fundamentais:

— que a Segurança Social deve garantir a universalidade, igualdade, eficácia, solidariedade e participação;

— que tenha uma resposta adequada e eficaz às necessidades dos beneficiários.

A luta que a CGTP-IN, tem travado insistentemente, obrigou o Governo a tomar medidas, embora algumas delas não tivessem sido totalmente satisfatórias, que representavam há muitos anos aspirações de vastas camadas, como sejam:

• a criação do 14.º mês para os reformados e pensionistas;

• os trabalhadores emigrantes passaram a ter garantido, desde Julho de 1991, uma pensão mínima (igual à pensão social — 13 000\$00), pois anteriormente tinham só direito à pensão estatutária;

• também a partir de 1 de Julho de 1991, é permitida a acumulação de pensões que anteriormente estavam limitadas;

• os homens e as pessoas em união de facto, passaram a ter o direito à pensão de sobrevivência, que anteriormente lhes era vedada;

• o subsídio de desemprego melhorou, quanto aos prazos de garantia, período de concessão para os desempregados entre os 25 e os 40 anos. Assim como foi antecipada a reforma por velhice para os 60 anos para os trabalhadores desempregados;

• o abono de família foi alargado a todos os jovens até aos 15 anos (anteriormente era até aos 14), assim como passou a ser concedido a quem frequente cursos de formação profissional;

• aumento do poder de compra das prestações, nomeadamente do abono de família, que teve um aumento de 29%.

Apesar dos progressos alcançados no grau de cobertura, o nível das prestações sociais continua baixíssimo, particularmente das pensões, por isso estes aumentos foram manifestamente insuficientes.

Evoca o Governo, permanentemente, que as pensões aumentaram mais que a inflação. De facto é verdade, mas a questão de fundo é que o valor dos rendimentos mínimos, e neste caso das pensões, é gritante e constitui um factor grande para as bolsas de pobreza existentes.

Os factos são evidentes, cerca de 51,8% dos pensionistas têm rendimentos inferiores ou iguais a 20 000\$00, o que não permite assegurar condições de existência dignas. Assim como o abono de família é insignificante e é a prestação que mais se desvalorizou nas últimas duas décadas.

Havia condições para se ir mais longe no campo social. O País registou um forte crescimento económico, mas este não foi distribuído de forma que se efectivasse uma maior justiça social. O que aconteceu foi o contrário, pois accentuaram-se as desigualdades sociais.

Portugal continua a ser o país da Comunidade com o menor despesa com a segurança social no Produto Interno Bruto.

Se olharmos a estrutura

de receitas da Segurança Social, as contribuições sempre foram e continuam a ser à base do sistema — 90,7% (é a previsão para 1991).

A contribuição do Estado (através de transferências do OFE) continua a ser diminuta. De facto, não passa nas receitas de ser 7,4% do seu valor em 1991, o que em mil milhões de contos apenas representa 70 milhões de contos, o que se pode dizer «uma gota de água no oceano».

Há um desequilíbrio profundo que não podemos deixar de salientar. É que enquanto o financiamento recai no regime geral, o peso do lado das despesas, tende e bem, naturalmente, a ser idêntico nível de protecção, mas tem de haver necessariamente correcções a fazer, nomeadamente com o reforço de transferências do Orçamento do Estado.

Por outro lado, o uso e abuso que o patronato faz do sistema de Segurança Social.

Enquanto que para os trabalhadores e pensionistas o Governo encontra sempre justificações para não dar resposta às suas justas reivindicações, para o patronato é um mãos rotas: financiamento das empresas na formação profissional, reestruturação de sectores e empresas, criação de empregos, etc.

Assiste-se também ao uso dos dinheiros da Segurança Social na área da acção social, onde há uma forte crescimento de despesas e uma ausência de regras de controlo.

A Segurança Social tem condições para suportar mais custos e elevar os níveis de prestações. É que tem de fundo é que tem de haver alterações que acabem com as profundas injustiças

que o nosso sistema de financiamento contém, seja quanto às receitas, seja quanto às despesas.

É urgente tornar o sistema transparente, bem gerido e acabar com escandalosos financiamentos ao patronato, assim como, o financiamento às despesas que não cabem só aos trabalhadores do regime geral (regimes deficitários e acção social, etc.), e satisfazer os justos anseios dos trabalhadores e dos pensionistas.

Anseios esses que passam: — pelo aumento imediato da pensão mínima para 27 500\$00, alteração do cálculo das pensões, a fim de aproximar estas dos salários que os trabalhadores auferiam;

— melhoria no acesso à Segurança Social, da população activa, de forma a assegurar a manutenção de rendimentos na doença, maternidade e desemprego; eliminar o índice de profissionalidade no subsídio de tuberculose e outras doenças graves;

— antecipação da idade da reforma para as pessoas de rápido desgaste físico e psíquico;

— alargamento do período de maternidade para 14 semanas;

— a satisfação do abono de família ser uma prestação universal até aos 16 anos, que deva ter em conta o rendimento do agregado familiar e o aumento imediato para 2600\$00.

A CGTP-IN considera que estes objectivos são social e humanamente justos. A sua concretização é indispensável. Com a nossa luta persistente é possível alcançá-los.

M.º do Carmo Tavares  
Com. Exec. CGTP-IN

# Os reformados, as promessas eleitorais e o cavaquismo

Não tenhamos dúvidas que foi com o voto de muitos reformados que o poder absoluto chegou, isto é, o cavaquismo, se instalou como senhor e dono em tudo quanto é administração de Empresas Públicas, Institutos e outros Serviços do Estado.

Quanto às promessas eleitorais, mau grado o poder absoluto, onde estão os «serviços de emergência social» que seriam criados em todos os Centros Regionais de Segurança Social? Onde está a «revalorização da base de cálculo das pensões de velhice, sobrevivência e invalidez»? Onde está a «flexibilização da idade de reforma»? Onde estão os «incentivos ao acesso às situações de reforma antecipada e de pré-reforma»? Onde está a «redefinição das condições de acumulação de pensões com rendimentos do trabalho»? Correspondem estas a atribuição de subsídios vitalícios aos deputados com pelo menos dois mandatos de quatro anos cada ou às indemnizações aos deputados despedidos?

A Lei de Bases do Sistema de Segurança Social aprovada em 1984, continua a não estar regulamentada no seu todo.

Poderíamos falar ainda da insuficiência «moratória das condições de vida e das prestações atribuídas à população beneficiária e, prioritariamente, aos seus estratos mais desfavorecidos». A realidade é a pobreza crescente da população idosa, é o baixo nível da pensão mínima do regime geral (20 000\$00), inferior a 50% do salário mínimo, para já não falarmos dos 13 000\$00 da pensão de sobrevivência, sendo a pensão média de menos de 23 000\$00!

Os reformados também sabem como o Governo do PSD deu cabo do Serviço Nacional de Saúde gratuito, que nada fez para melhorar as suas condições de habitação e que fez orheiras mucas às suas reivindicações sobre os transportes, nomeadamente o fim das discriminações horárias e outras, contra os reformados.

Tudo isto é mais do que suficiente para que os reformados e os trabalhadores em geral não tornem a confiar o seu voto no PSD.

A única e verdadeira melhoria na situação dos reformados, atribuída a este Governo, é o 14.º mês, mas esse não constava do seu programa, mas sim, desde há anos, das reivindicações da CGTP-IN e das organizações de reformados, com relevo para o MURPI, podendo dizer-se que foi conquistado com o castigo eleitoral imposto ao PSD nas eleições legislativas.

A Inter-Reformados e a CGTP-IN, estabeleceram (aquela quando da sua criação, em 10 de Novembro de 1990, na I Conferência Nacional de Reformados da

CGTP-IN, e esta, em 15 de Maio de 1991, no Debate sobre Segurança Social), as principais reivindicações para se atingir um Portugal Desenvolvido e Solidário.

Assim: 1. O nível de desenvolvimento de um país e o seu nível de prestações sociais, estão intimamente ligados, podendo afirmar-se, sem sombra de dúvida, que a luta pela qualificação do emprego e contra a precariedade do mesmo, contribuem para o desenvolvimento do País.

2. A valorização das prestações da Segurança Social, na medida em que contribui para melhorar a qualidade de vida da população, contribui, também, para o desenvolvimento do País.

3. Impõe-se valorizar as pensões de reforma, quer mantendo a sua base de cálculo, que acabaram a atingir dos 80%, por forma a diminuir a queda brusca de rendimentos que os trabalhadores sofrem quando passam à reforma.

4. Mas, em termos imediatos reivindicamos um aumento intercalar de 3500\$00 em todas as pensões.

5. A instituição de esquemas complementares de segurança social não poderá pôr em causa o sistema público de segurança social. Além disso, as empresas que estabelecem prestações complementares de segurança social, devem assegurar as condições materiais que permitam satisfazer as obrigações assumidas, e os trabalhadores devem ter acesso a todas as informações relacionadas com a constituição e aplicação dos fundos de pensão.

6. A qualidade de vida dos reformados está também intimamente ligada à melhoria das suas condições de saúde, de habitação e por mais facilidades nos transportes.

7. Finalmente impõe-se continuar a reivindicar a transparência da gestão financeira da Segurança Social e o direito de participação das organizações representativas dos trabalhadores nessa gestão, o que aliás está consagrado no Art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases da Segurança Social, constituindo nesta uma das normas por regulamentar.

III — Estas reivindicações serão tanto mais facilmente conquistadas quanto mais os trabalhadores e os reformados se reforçarem as suas organizações mais representativas, isto é, a CGTP-IN e a Inter-Reformados.

IV — Desejamos dos partidos que tudo prometem aos reformados para obter os seus votos, ou que se auto-intitulam seus representantes.

Veríssimo Ferro  
Inter-Reformados

## Acidentes de trabalho

# Urgente a Lei de Bases

Os acidentes de trabalho em Portugal continuam a verificar-se a um ritmo alarmante. Em Agosto, um acidente na Lisnave originou 4 mortos e 3 feridos em estado grave. No mesmo dia, mas na TAP, morria outro trabalhador.

É intoleravelmente elevado o número de acidentes de trabalho. Em 1990, o número de acidentes conhecidos, numa estatística deficiente e que não cobre a administração pública, ascendia a mais de 300 mil, o que representa cerca de 1200 acidentes por dia de trabalho.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística revelam que o número de acidentes tem vindo a subir. Em 1986 rondava os 240 mil, para em 1988 estar já nos 290 mil.

A CGTP-IN considera

imprescindível tomar medidas de prevenção dos riscos profissionais que possam pôr cobro a uma situação intolerável de falta de segurança de trabalho. O Governo, de resto, tem vindo a adiar a publicação de normas fundamentais, como o seja uma Lei de Bases e de recusa a adopção de um Plano Nacional de Prevenção que a actual situação exige e que vem sendo defendido pela CGTP-IN. A central defende ainda que importante como a publicação de legislação e impõe a sua aplicação através de uma fiscalização adequada.

Outro dado importante a reter é o nível monetário diminuto das pensões pagas. Por exemplo, uma incapacidade total permanente (a 100%), recebe em média, em 1989, 230 contos o que é uma mesalidade média próxima dos 17 contos enquanto a pensão média por

morte ronda os 110 contos/ano, ou seja, menos de 9 contos mensais. Esta situação contrasta com as diferenças significativas que existem entre as indemnizações pagas pelas seguradoras e aquilo que recebem.

Assim, em 1989 os prémios recebidos pelas seguradoras rondaram os 45 milhões de contos, enquanto pagaram de indemnizações apenas cerca de 21 mil milhões de contos com um rácio indemnizações pagas/prémios recebidos que se aproxima dos 51% e uma diferença absoluta entre os valores da ordem dos 20 milhões de contos.

Se supermos que as entidades patronais declaram as remunerações dos trabalhadores 2% abaixo da situação real, então há cerca de 585 milhões de contos de salários e pensões, ou seja, 23% daqueles que se pagam aos trabalhadores por conta de

outrém. Aliás, se a esta situação se adicionar uma parte significativa dos 595 mil trabalhadores independentes isolados a que na prática são trabalhadores por conta de outrém, então poder-se-á dizer, sem grande margem de erro, que cerca de 1 milhão de trabalhadores não estão seguros.

As ações relacionadas com acidentes de trabalho e entrados nos Tribunais têm vindo a subir, atingindo em 1989 os 865 casos mortais. Este indicador é o mais correctivo da mortalidade por acidente de trabalho em Portugal, podendo-se então afirmar que morrem, em média, mais de 2 mil pessoas por acidente de trabalho no nosso país.

Convém ainda destacar que, em 1989, cerca de 70% das entradas têm a ver com jovens de idade inferior a 20 anos.

## Tabopan Salários em atraso

A Tabopan, empresa do sector dos aglomerados de madeira, sediada em Amarante, já empregou cerca de dois mil trabalhadores, contra os actuais quatrocentos.

Apesar de possuir «um nome no mercado», esta empresa vive, há já vários anos, um processo de crise, que culminou com o seu desmembramento e de que resultaram as empresas satélites — Tabopan Laminados, SA e Tabopan, Europa, SA.

A Abreu & Comp. Lda., ou seja a empresa-mãe, reconhecida simplesmente por Tabopan, entrou (ou melhor dizendo reentrou), em mais um período de grandes dificuldades,

quando se encontra numa situação de gestão controlada, conforme decisão do Tribunal.

As 4 centenas de trabalhadores encontram-se em greve por período indeterminado, pelo facto de não receberem os salários de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e respectivo subsídio de férias.

Pelo meio fica uma administração familiar que não se entende, a tentativa de passagem a sociedade anónima ainda por concretizar, um passivo de 2,3 milhões de contos e uma carreira de encomendas que não consegue satisfazer.

Os sindicatos, por seu lado, falam em descapitalização e aplicação de dívidas de capitais, exigindo a restituição

de uma parte da dívida e a viabilidade económica da empresa.

No meio de um processo complexo, ficam os cerca de 400 trabalhadores, sem receber salários, tendo já a registar situações dramáticas de grande carência, que motivaram de resto a intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa.

A actual administração já propôs aos trabalhadores a suspensão ou a rescisão dos seus contratos, numa tentativa clara de os afastar da empresa, mas estes continuam firmes na defesa dos seus postos de trabalho e na exigência do pagamento dos salários.

Neste país, que alguns insistem em dizer que «anda na crista da onda», há ainda muito a lutar contra os salários em atraso!

## Têxteis Apelo daCIP é subversão

O Presidente da CIP anunciou a suspensão da negociação colectiva para o sector têxtil e anunciou também a utilização pelos patrões tãntes e do restituição do «lock-out» como forma de pressão para obter benefícios políticos.

O «lock-out», em Portugal, é proibido pela Constituição da República.

Estamos assim em face de uma grave ameaça à legalidade constitucional.

Perante esta situação, a Comissão Executiva da CGTP-IN decidiu alertar os órgãos do Poder para a gravidade das intenções anunciadas, exigindo-lhes uma intervenção eficaz e atempada, do modo a evitar a subversão das leis e da Constituição da República e a defender o direito da livre negociação colectiva.

A Comissão Executiva da CGTP-IN decidiu ainda reafirmar a reunião urgente da

Secção Especializada da Agricultura e Indústria do Conselho Permanente da Concertação Social para que sobre este assunto, assumia posição decorrente das suas funções.

E sabido que, de há muito, o patronato têxtil tem vindo a utilizar os baixos salários, o trabalho infantil, os salários em atraso, a falta de pagamento à segurança social como formas usuais de desenvolvimento da sua actividade.

## Primeiro-Ministro é irresponsável

O Primeiro-Ministro afirmou na passada sexta-feira, em entrevista ao Telexjornal, que «existe trabalho infantil com a connivência (...) de sindicalistas (...)».

No mesmo dia, em Genebra, o Secretário de Estado do Comércio Externo negava a existência de trabalho infantil em Portugal afirmando que os programas televisivos que o documen-

tam «são objecto de manipulação clara».

Vá-se lá entender isto: um secretário de Estado a desmentir o Primeiro-Ministro. Enfim, desorientações deslecionadas.

O que aqui é grave é a irresponsabilidade de ambas as declarações. Afirmar que não existe trabalho infantil é algo de impensável. Afirmar que existe com a connivência de sindicalistas é inacreditável, na medida em que toda a gente sabe que os sindi-

calistas são os principais inimigos do trabalho infantil.

E a CGTP-IN que denuncia e continua a trabalhar para a existência de trabalho infantil e que se tem empenhado em combater as formas em que ele se produz.

Para a CGTP-IN ou o Primeiro-Ministro prova a afirmação que irresponsavelmente fez ou então estamos perante um escândalo de utilização mentirosa da comunicação social.

## Aviação e aeroportos Privatizar a qualquer preço

Nestes últimos anos o sector de aviação e aeroportos foi em todo o mundo marcado por uma profunda instabilidade, como resultado do aprofundamento da desregulamentação norte-americana e do início da concretização da liberalização europeia. Assistimos, assim, ao aparecimento de novas companhias, ao desaparecimento de outras, a falências, fusões, despedimentos, etc...

Nesta situação seria de esperar da parte do Governo português uma actualização que salvaguardasse os interesses nacionais, os estratégicos, naturalmente, mas ainda os das empresas e dos seus trabalhadores. Ne-

gativo, o Governo português não manifesta dispor de qualquer estratégia.

Sendo ainda o Estado o detentor exclusivo do capital de algumas das principais empresas do sector — TAP, ANA e SATA —, seria de esperar a existência de uma coordenação de interesses.

Negativo, igualmente. Estas empresas encontram-se de costas umas para as outras, chegando-se ao extremo de se assistir, publicamente, a divergências e conflitos, entre gestores nomeados pelo mesmo Governo... e a uma postura de diálogo e «concertação», exemplificada no facto de durante estes anos, o SITAVA, sindicato maioritário no sector, jamais ter conseguido chegar à fala com o ministro da tutela ou com qualquer dos seus secretários de Estado.

Da política do Governo relativamente ao sector apenas se sabe da sua intenção de privatizar, a qualquer preço, a TAP, objectivo finalmente concretizado em finais de Julho com a passagem desta a sociedade anónima.

## Ferrovários Serviço prestado piorou

Somos frequentemente «bombardeados» com informações de que estão a ser investidos milhões de contos na CP, o que a ser verdade, hoje a CP seria totalmente diferente e prestar um melhor serviço aos utentes.

O Governo fixou em 18,9 milhões de contos a verba a atribuir este ano à CP, a título de indemnizações compensatórias e outros subsídios para cobrir os custos dos serviços de transportes ferroviários.

Como em 1990 o montante atribuído à CP com a mesma finalidade tinha sido de 18,8 milhões de contos, tendo em conta a inflação, constatamos que há uma diminuição da contribuição do Estado em cerca de 12 por cento.

Para manter o mesmo nível de indemnizações compensatórias de 1990, o Estado deveria pagar este ano à CP cerca de 21 milhões de contos.

Mas, se nos reportarmos a 1989, quando o total de indemnizações compensatórias pagas à CP foi de 20 milhões de contos e tendo em conta que a inflação nos últimos anos foi superior a 25%, este ano o Estado deveria pagar à CP cerca de 25,5 milhões de contos.

Daqui se conclui que o Governo reduziu à CP cerca de 6,5 milhões de contos como pagamento dos custos sociais do transporte ferroviário.

O actual CG empossado em Julho de 1990 faz uma gestão que está a conduzir ao desmembramento da CP.

Com o argumento de que o serviço é mau e dá prejuízo, o CG está a criar empresas paralelas privadas para prestar esse serviço.

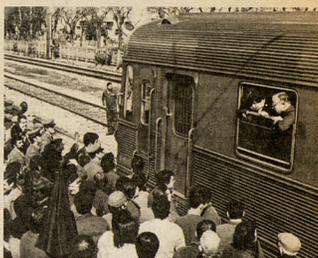
É caso para perguntar,

tempo causadores de acen-tuados prejuízos e incómodos para os utentes deste serviço público.

Os trabalhadores e os sindicalistas não podem, com efeito, aceitar a redução de cinco mil postos de trabalho, a flexibilização dos horários de trabalho e o bloqueamento da progressão das carreiras como condições de modernização da empresa.

Não se compreende assim que os sindicatos ferroviários da UGT tenham subscrito um «acordo de princípios» com o Conselho de Gerência em que não só cedem nos aspectos referidos como ainda aceitam que os trabalhadores abdicuem durante três anos do exercício do direito à greve e à negociação colectiva. Esta cedência pode em causa directos fundamentais dos trabalhadores consagrados constitucionalmente.

A CGTP-IN manifestou o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores ferroviários que, com a sua luta firme, têm sabido contrariar as pretensões do Conselho de Gerência e do Governo, certo de que vão continuar mobilizados e unidos em torno das suas justas reivindicações.



## Privatizações A delapidação do património

Por ocasião da privatização do Banco Fonseca & Burnay, o ministro das Finanças, Miguel Beza, fez o balanço de todo o processo de privatizações. Como se esperava, a coisa foi pintada em tons cor-de-rosa.

A CGTP-IN, em comunicação, começou por contestar a afirmação de que o processo de restrições à participação de estrangeiros tem funcionado e avança com exemplos esmagadores. Segundo a central sindical, essas restrições não aconteceram no Centralcer, Unicer, Banco Português do Atlântico e outras.

O Governo avança com o total de 212 800 acionistas que adquiriram ações para provar a disseminação do capital das empresas. Para a CGTP-IN, isto só é verdade no mundo da ficção, uma vez que muitos destes

accionistas só têm adquirido capital pelos lucros imediatos que deles reitram, o que significa, na prática, que o resultado final tem sido a concentração do capital nas empresas.

A CGTP-IN acusa o mesmo o Governo de nunca ter utilizado o Sector Empresarial do Estado com o objectivo de modernizar a economia. O objectivo, acrescenta, tem sido o de loi-lo.

Os 364 milhões de contos que o Governo afirma ter recebido, situa-se em limites inferiores aos que poderiam ser alcançados, o que para a central sindical, representa um grave prejuízo que é escaralo público. O que se erandando e funciona como exploração desta situação é que em grande parte dos casos foram os próprios interessados a avaliarem as empresas.

A privatização do Banco

seguinte  
vitem  
tente  
teci  
forç  
sali  
solid  
legal  
amb  
que  
libe  
amb  
duti  
dos  
da a  
no se  
nego  
meç  
caze  
tratu  
comb  
e o  
E  
tizaz  
que  
par  
seu  
leva  
con  
II  
DA  
PA  
TC

# Plataforma Reivindicativa Um desafio

A próxima legislatura, após as eleições de Outubro próximo, corresponderá a um período de enorme importância para a vida dos portugueses.

O Mercado Interno a partir de 1 de Janeiro de 1993 e os previstos desenvolvimentos da CEE, quer pelos avanços no sentido da União Económica Monetária (UEM) e da União Política (UP), quer inclusive pela eventualidade da adesão de outros países, colocam novos desafios aos portugueses, à sua vida política, económica, financeira e social.

Portugal atravessa um período de reestruturação do seu aparelho produtivo, com ritmo demasiado lento, face à concorrência externa, sendo hoje consensual que é indispensável superar os três obstáculos principais que diminuem a capacidade competitiva da nossa economia:

- baixa produtividade;
- insuficiente qualidade;
- falta de inovação a todos os níveis: concepção, gestão, produção e comercialização.

A solução essencial para este problema assenta numa política de valorização acelerada de recursos humanos.

Esta opção essencial significa rejeitar com determinação:

- a estratégia de destruição acelerada do SEE, ignorando-se as suas potencialidades no desenvolvimento e modernização da economia e gobernança da soberania nacional;
- as tentações de perspectivar a reestruturação com base nos baixos salários, na desregulação da vida social e na degradação ambiental e, ainda,
- as estratégias baseadas no «determinismo tecnológico» que tendem a sobervalorizar os factores técnicos e tecnológicos em detrimento da valorização dos recursos humanos.

A aposta na valorização dos recursos humanos, como factor essencial no sucesso do desenvolvimento pressupõe:

- uma decidida e articulada intervenção na educação, na formação profissional e na ciência e tecnologia, como prioridades;
- uma política de rendimentos visando assegurar uma mais justa distribuição do rendimento e combater as desigualdades sociais;
- uma profunda reforma de segurança social que defenda as vítimas da desregulação existente, garanta a adequada proteção dos trabalhadores e reforce os princípios da universalidade, igualdade, eficiência, solidariedade e participação;
- uma definição do quadro legal de higiene, segurança e ambiente nos locais de trabalho que proteja a saúde dos trabalhadores, melhore as condições ambientais, aumentando a produtividade e reduzindo o peso dos custos ocultos;

- uma reforma do sistema da administração do trabalho no sentido de promover a livre negociação colectiva e de criar mecanismos institucionais eficazes que garantam a aplicação prática dos direitos legais e contractuais dos trabalhadores e combatam a desregulamentação e o «dumping» social.

É com o objectivo de concretizar estas orientações gerais que a CGTP-IN apresenta aos partidos políticos o desafio do seu compromisso de, no poder, levar à prática as reivindicações a seguir apresentadas.

## II - PROPOSTAS DA CGTP-IN AOS PARTIDOS POLÍTICOS



**A Plataforma Reivindicativa da CGTP-IN foi já entregue aos partidos políticos. É um desafio que lhes é colocado no sentido de assumirem o compromisso de, no poder, levarem à prática as reivindicações dos trabalhadores.**

**A próxima legislatura corresponde a um período de enorme importância para a vida dos portugueses.**

### 1.º ASSEGURAR OS DIREITOS DOS TRABALHADORES, COMBATER AS DISCRIMINAÇÕES, REVOGAR OS CONTEÚDOS GRAVOSOS DO PACOTE LABORAL

Garantia de eficácia do direito de participação na elaboração de legislação de trabalho e de democraticidade do funcionamento das instâncias de participação.

Garantia do livre exercício dos direitos sindicais.

Garantia da aplicação a todos os trabalhadores dos direitos mínimos contidos na legislação geral, nomeadamente aos que exercem a sua actividade no trabalho rural, a bordo ou no serviço doméstico.

Revogação de todas as normas que limitem a liberdade de negociação colectiva.

Revogação da norma legal que visa instituir o contrato de trabalho a termo como forma normal de iniciação na vida activa e de admissão de desempregados de longa duração.

Revogação das seguintes normas e diplomas legais elaborados

na sequência do Acordo Económico e Social:

- despedimento do trabalhador por inadaptação;
- regime Jurídico da Comissão de Serviço (norma que permite «acordo» para despedimento do trabalhador sem justa causa);
- alargamento do período experimental?

- arbitragem obrigatória;
- férias — normas que permitam a renúncia parcial ao direito a férias e a antecipação unilateral das férias por parte do empregador em caso de rescisão do contrato com aviso prévio.

Efectivação dos direitos adquiridos nas EP's e consagrados constitucionalmente, tais como o direito à participação nos órgãos sociais e a manutenção dos complementos de reforma, entre outros direitos garantidos.

### 2.º ASSEGURAR UMA MAIS JUSTA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO. REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS. MAIS JUSTIÇA FISCAL

Actualização, para 1992, dos valores da pensão mínima, do abono de família respectivamente para os seguintes valores: 27 500\$00; 50 000\$00; 2600\$00.

Actualização da tabela legal da reforma para os trabalhadores

com profissões de acção desagregada física e psíquica. Aplicação de uma nova política de acordo com os seguintes critérios:

- criação de escalões etários com a atribuição de valores mais elevados de acordo com a idade;
- fixação de valores mais elevados para as famílias de menores rendimentos.

Melhoria do sistema de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, nomeadamente através das seguintes medidas:

- eliminação da limitação de reparabilidade (?) da remuneração por forma a garantir a totalidade da retribuição auferida pelo sinistrado;
- garantia da actualização anual das pensões por acidentes de trabalho com um coeficiente de actualização não inferior ao do salário mínimo nacional;
- alargamento da possibilidade de obter a remissão de pensões e indemnizações;
- alargamento da possibilidade de obter a remissão de pensões e indemnizações;
- actualização da tabela nacional de incapacidades e da lista de doenças profissionais.

4.º

**REDUZIR A DURAÇÃO DO TRABALHO. POR HORÁRIOS QUE COMPATIBILIZEM O**

### TRABALHO COM AS NECESSIDADES PESSOAIS E FAMILIARES DOS TRABALHADORES

Redução da duração máxima legal semanal normal para 40 horas e para 35 horas em casos de trabalhadores com profissões ou condições de trabalho mais penosas, desgastantes ou perigosas.

Férias, para todos os sectores, de dois dias de descanso semanal.

Limitação do recurso a horários mais penosos, particularmente o trabalho nocturno e por turnos e medidas de protecção dos trabalhadores abrangidos sempre que não seja possível eliminar estes horários.

Alargamento do período de férias.

### 5.º DIGNIFICAR O TRABALHO. PROMOVER A QUALIDADE E A ESTABILIDADE DE EMPREGO

Criação de mecanismos de fiscalização com vista a impedir que os postos de trabalho permanentes sejam preenchidos por empregos precários.

Redução do horário de trabalho, aumento dos períodos de descanso e alargamento do período de férias dos menores.

No âmbito da formação profissional propõem-se as seguintes medidas:

- consagração legal do direito à formação profissional;
- participação das organizações representativas dos trabalhadores na definição dos objectivos e planos de formação a nível comunitário, sectorial e de empresa bem como o reforço da intervenção destas organizações na gestão das Instituições de formação profissional;
- garantia de que a formação profissional tenha resultados directos na qualidade de emprego dos trabalhadores;
- acesso de todos os trabalhadores à formação inicial e contínua, garantindo nomeadamente créditos de horas, licenças para formação e que seja privilegiada a frequência de acções durante o horário de trabalho.

### 6.º PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES

Dinamização da rede de cuidados primários de saúde (Centros de Saúde) de modo a garantir, a toda a população, cuidados de saúde.

Gratuitização de mecanismos para doentes crónicos abrangidos pelos rendimentos mínimos.

Reformulação do sistema de crédito para aquisição de casa própria, tendo em vista, em particular, abranger as camadas mais jovens da população.

Melhoria da rede de transportes públicos, em particular nos grandes centros urbanos, tendo em vista a melhoria da qualidade do serviço prestado e a aplicação adequada das tarifas.

Reconhecimento do papel do movimento sindical na defesa, aplicação e fiscalização de medidas de protecção e melhoria do ambiente, assim como na defesa dos elementares direitos dos consumidores, como condições indispensáveis a uma vida humana com mais qualidade.

Em entrevista ao «Alavanca», Manuel Carvalho da Silva, o coordenador da CGTP-IN, considera que a actual situação não permite ao Primeiro-Ministro dizer que Portugal é hoje uma «democracia de sucesso». Para aquele dirigente, «os problemas estruturais da nossa economia mantêm-se» e chagas sociais como o trabalho infantil não foram resolvidas. O entrevistado garantiu ainda que o crescimento económico verificado não foi distribuído com equidade e acrescenta que o nível médio dos salários é baixíssimo. Carvalho da Silva afirma que «há necessidade de os trabalhadores, com o seu voto, fazerem com que exista uma Assembleia com uma maioria de deputados que permita a construção de um governo capaz de assumir e concretizar a resposta às justas reivindicações que os trabalhadores fazem».

**Alavanca** — Tivemos 4 anos de estabilidade governativa, onde se verificou um acentuado crescimento económico, acima da média dos países da Comunidade. Verificou-se também a queda para valores realmente aceitáveis da taxa de desemprego. Houve crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Faça a isto, como é que considera ter sido a resposta sindical?

**M. Carvalho da Silva** — Em primeiro lugar, consideramos que a posição do Movimento Sindical foi altamente construtiva, nomeadamente na apresentação de propostas concretas para a resolução dos problemas. Forçámos a que tivessem surgido respostas positivas a várias das nossas reivindicações.

Portanto, alguns dos aspectos concretos de benefício para a vida, não apenas dos trabalhadores, mas da sociedade portuguesa, de-

pendem muito da luta determinada dos trabalhadores, no decorrer destes anos.

**Agora**, é preciso caracterizar melhor o retrato que traçou.

**Alavanca** — Bem, é um facto que houve e cresceu económico acima da média dos países comunitários.

**M. Carvalho da Silva** — É verdade. Mas Portugal precisa dum crescimento muito, mas muito superior, sob pena de nunca nos aproximarmos dos níveis de desenvolvimento médio dessa mesma Comunidade. Que não se criem ilusões! Portugal não é nem de perto nem de longe o país que mais cresce na CEE.

É bom lembrar que Portugal e Espanha entraram na Comunidade na mesma altura e os nossos vizinhos têm um nível de desenvolvimento muito mais avançado e têm um produto interno

## Entrevista

# Manuel Carvalho da Silva Problemas estruturais

bruto de dimensão incomparável ao nosso.

E a Espanha tem crescido a um ritmo superior ao nosso, logo estamos a distanciar-nos mais.

**Alavanca** — Ok! Mas em termos de emprego é um facto que os resultados são bons.

**M. Carvalho da Silva** — Não. Houve, na realidade, um crescimento da ocupação dos trabalhadores e a expressão é usada propostadamente, porque há muito trabalho que está assente numa base muito precarizada e que dificilmente se pode chamar emprego. As pessoas vivem numa grande instabilidade, sem segurança quanto ao futuro, quer do ponto de vista da salvaguarda de direitos quer mesmo do ponto de vista da estrutura produtiva onde estão a trabalhar, porque há muito tecido produtivo no nosso país que foi construído, também ele, em bases precárias sem garantias de futuro.

O problema do emprego tem de ser visto numa dimensão muito maior e é preciso saber o que é caracterizado como emprego porque aquilo que é emprego cá pode não ser emprego na Espanha e noutros países. Por vezes, são só ocupações parciais das pessoas.

**Alavanca** — Também vem contestar que o poder aquisitivo das pessoas cresceu...

**M. Carvalho da Silva** — Vou! Embora as estatísticas mostrem que em termos médios a situação melhorou. Houve crescimento sim mas só para algumas camadas. As desigualdades aumentaram. Há muita gente que não viu crescer o poder de compra. O nível médio dos salários em Portugal é baixíssimo. Nós temos um salário mínimo com valores inaceitáveis. O que são, hoje, 40 000R07?

É uma interrogação que devemos fazer com toda a frieza aos portugueses. Nós temos níveis de pensões perfeitamente inaceitáveis e que colocam milhares e milhares de pessoas a viver na miséria.

**Alavanca** — Está bem, mas a verdade é que desde 1976 que o salário mínimo e as pensões não tinham crescido tanto.

**M. Carvalho da Silva** — É verdade, mas as comparações não podem ser simplistas. Como o próprio Primeiro-Ministro já defendeu a avaliação de resultados não pode ser feita por simples comparação entre o que existia em 85 e existe hoje.

O que nós temos de ver no nosso país é o seguinte: nós temos um crescimento

económico, há mais riqueza e isto é resultado de vários factores, desde uma conjuntura externa altamente favorável, passando por factores de ordem interna e passando também pela disponibilidade financeira que cresceu em função desta fase de aproximação à plena integração na Comunidade Económica. Tudo isto, mais o aumento de produtividade, fruto do aumento do trabalho dos trabalhadores resultou em aumento da riqueza.

Só que esse crescimento não foi distribuído com a equidade com que deveria ter sido.

Não basta dizer que houve um crescimento das pensões de reforma. E preciso, depois, ir ver qual é o seu poder aquisitivo real e qual é a situação da existência de pensões de reforma de 20 mil escudos, num país onde se sabe que se estão a fazer fortunas e acumulação de riqueza de forma escandalosa.

**Alavanca** — Vamos lá a ver. As tantas, o Governo não fez nada e a CGTP-IN não conseguiu nada com a sua acção...

**M. Carvalho da Silva** — Também não é assim. Algumas respostas pontuais foram dadas no plano da política económica ou social, algumas infra-estruturas realizadas, por exemplo, estradas. Mas isto não permite dizer, como o faz o Primeiro-Ministro, que Portugal é hoje uma «democracia de sucesso».

A realidade objectiva, do ponto de vista económica e do ponto de vista social, que se vive e que se projecta para o futuro é uma realidade que traz grandes preocupações para os portugueses.

Os principais problemas estruturais da nossa economia mantêm-se.

Os défices crónicos, no essencial, também se mantêm e há até um outro que se agravou.

Nós continuamos a ter uma grande dimensão da precariedade e uma acção ofensiva crescente em relação aos direitos dos trabalhadores — o trabalhador é cada vez menos um homem livre, é cada vez mais um homem dependente do

ponto de vista de organização da sua vida familiar, do ponto de vista da sua liberdade de intervenção na sociedade e ainda mais do ponto de vista económico.

E onde está a resolução de chagas sociais como o trabalho infantil?

Nós assistimos hoje à destruição de grande parte do aparelho produtivo, com despedimentos de grande dimensão. E com isso perdem-se milhares e milhares de trabalhadores qualificados.

**Alavanca** — Mas isso não são alterações ao aparelho produtivo?

**M. Carvalho da Silva** — Mas o que é que surge em alternativa?

Por exemplo, no distrito de Setúbal, assistimos a uma grande concentração de investimento, anunciado para o presente e para os tempos mais próximos.

Mas o problema é que continua a haver investimento em mono-indústria, no caso presente a automóvel, e são anunciadas grandes empresas no sector.

Mas os problemas são amplos. Qual o futuro do Vale do Ave face à não solução dos problemas no sector têxtil e à crise invocada de grandes empresas doutros sectores como a Mabor, a Camac, etc.

E que futuro têm muitas empresas de calçado (capital estrangeiro que se instalaram no país só para aproveitar no imediato a mão-de-obra barata)?

E qual o futuro do sector cerâmico ou da agricultura?

E preciso fazer este análise realista. E preciso ver se nós estamos a criar um aparelho produtivo alternativo, com hipóteses de futuro ou a fomentar mono-indústrias, ou outras estruturas produtivas que vão ser passageiras e não deixarão estabilidade, continuidade.

E que custo é que isto está a ter? Para onde vai o dinheiro? Por exemplo, a Ford Volkswagen vai ter incentivos à criação de postos de trabalho na ordem dos 19 mil contos; por posto de trabalho. As empresas nacionais têm um incentivo médio de perto de 3 mil contos.

A precariedade daquilo



Nós temos níveis de pensões inaceitáveis e que colocam pessoas a viverem

que está a ser construído é enorme.

Por outro lado a política salarial no nosso país é de contenção salarial e isto não é indicador da evolução, nem de futuro.

Nós não seremos um país desenvolvido e competitivo se não praticarmos uma política de valorização e de qualificação da mão-de-obra.

**Alavanca** — Mas também é verdade que a valorização salarial só poderia acontecer se acompanhada por uma alteração da estrutura produtiva, sob pena de a competitividade, que já não é muita, ir por aí abaixo.

**M. Carvalho da Silva** — Estamos de acordo. Mas os grandes desafios estão por ganhar. É necessário reestruturar com novas tec-

nologias, concepções, e efêrca e huerfices métodos e comercio ganhar qualidade e

Alterações produtiva, nrtizacoes a pondo em importantes vovimento, ao capital esttruindo direlhadores. É melhor forma mal, outra po. E si, o que dado? Não afeição sobre da formação que se tem país. E tudo sino? A de total. Democra

# Alvaro da Silva: estruturais mantêm-se



**Nós temos níveis de pensões perfeitamente inaceitáveis e que colocam milhares e milhares de pessoas a viver na miséria.**

que está a ser construído é enorme.

Por outro lado a política salarial no nosso país é de contenção salarial e isto não é indicador da evolução, nem de futuro.

Nós não seremos um país desenvolvido e competitivo se não praticarmos uma política de valorização e de qualificação da mão-de-obra.

**Alavanca — Mas também é verdade que a valorização salarial só poderia acontecer se acompanhada por uma alteração da estrutura produtiva, sob pena de a competitividade, que já não é muita, ir por aí abaixo.**

**M. Carvalho da Silva** — Estamos de acordo. Mas os grandes desafios estão por ganhar. É necessário reestruturar com novas tec-

nologias, com novas concepções, com gestão moderna e humanizada, com eficazes métodos de produção e comercialização, e preciso ganhar as batalhas da qualidade e produtividade.

Alterações da estrutura produtiva, não são as privatizações a todo o custo, nem em causa alavancas importantes para o desenvolvimento, entregando-as ao capital estrangeiro e destruindo direitos dos trabalhadores. É preciso mais e melhor formação profissional, outra política de ensino. E aí, o que é que tem andado? Não há sequer uma aferição sobre o impacto real da formação profissional que se tem feito no nosso país. E tudo ad-hoc. E o ensino? A desarticulação é total.

Democracia de sucesso?

Como, se as estatísticas dizem e a realidade é sempre superior às estatísticas, que há 1200 acidentes de trabalho por dia, dos quais 2,7 são mortais? Isto é gravíssimo. Isto é a demonstração de uma estrutura desarticulada e desorganizada.

**Alavanca — Mas a imagem do Governo que saltou para fora não é essa...**

**M. Carvalho da Silva** — O que é preciso é não embarcarmos nessa imagem imediatista, de soluções economicistas e imediatistas de apresentação de cenários para levar o povo a acreditar que o país está aí numa grande democracia de sucesso e no caminho do desenvolvimento.

Não. O país sofreu algumas alterações, há mais riqueza, há algum crescimento económico, mas para

vencer os desafios do futuro têm de se fazer reestruturações profundas.

**Alavanca — Qual é para vocês a importância das eleições?**

**M. Carvalho da Silva** — É grande. Há necessidade de os trabalhadores, com o seu voto, fazerem com que exista uma Assembleia com uma maioria de deputados que permita a construção de um governo capaz de assumir e concretizar a resposta às justas reivindicações que os trabalhadores fazem.

A participação de todos os trabalhadores, votando, é essencial.

A Plataforma Reivindicativa que apresentamos a todos os partidos políticos e que reflecte as principais reivindicações de todos os trabalhadores, é o nosso guia. Já sabemos que o actual Primeiro-Ministro não responde positivamente ao seu essencial.

O voto dos trabalhadores tem de assegurar que a Plataforma Reivindicativa se cumpra.

**O trabalhador é cada vez menos um homem livre, é cada vez mais um homem dependente do ponto de vista de organização da sua vida familiar, do ponto de vista da sua liberdade de intervenção na sociedade e ainda mais do ponto de vista económico.**

**Alavanca — A 13 e 14 de Dezembro a CGTP-IN vai realizar uma Conferência Sindical Nacional. Como é que se lembraram disto?**

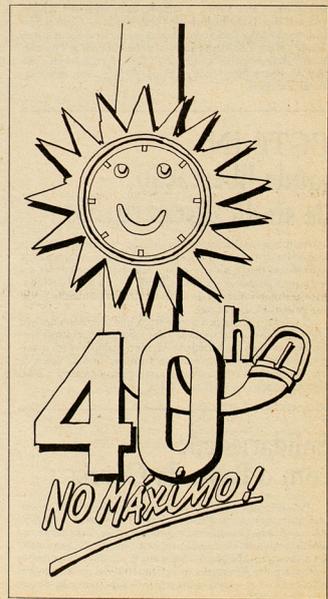
**M. Carvalho da Silva** — A Conferência está projectada desde o início deste ano. Não é uma iniciativa de que nos tenhamos lembrado agora.

**Alavanca — Do que é que consta essa iniciativa?**

**Os grandes desafios estão por ganhar. É necessário reestruturar com novas tecnologias, com novas concepções, com gestão moderna e humanizada, com eficazes métodos de produção e comercialização, é preciso ganhar as batalhas da qualidade e produtividade.**

**M. Carvalho da Silva** — Vai haver três temas em foco. O primeiro é a organização, no sentido em que a CGTP-IN seja um projecto de profunda ligação à realidade concreta dos trabalhadores e que de conteúdo ao nosso carácter de organização de massas.

Um outro tema será a acção reivindicativa. É necessário identificarmos o tipo de andamento a dar, mas também os conteúdos novos que existem e que devem ser considerados nas reivindicações que os trabalhadores fazem e depois vermos as formas de desenvolver a ne-



gociação colectiva e a acção reivindicativa em geral.

O terceiro passa pelas questões inerentes à nossa condição de membros da CEE e a sua interligação com a realidade nacional e internacional. Portanto, é preciso ver que posturas, que propostas reivindicativas tomar, tendo presente que Portugal preside à CEE no primeiro semestre de 1992, que há a Carta Social a defender, que temos como objectivo sermos membros da Confederação Europeia de Sindicatos e que a CEE está a sofrer alterações.

**Alavanca — A necessidade desta conferência vem de quê? Da verificação de que há lacunas na vossa acção?**

**M. Carvalho da Silva** — Há lacunas, naturalmente, há organizações e políticas de acção que preci-

sam de evoluir, rapidamente há que projectar o futuro.

**Alavanca — Você acredita mesmo na vitalidade do Movimento Sindical...**

**M. Carvalho da Silva** — Eu diria que não é possível uma sociedade democrática sem o respeito pelos direitos dos trabalhadores, sem o respeito pela sua organização e sem uma grande intervenção dos trabalhadores na vida da nação, do ponto de vista político económico e social.

A não participação, o não exercício desse direito de intervir tornam-se elementos bastante perigosos que podem conduzir ao desaparecimento dos equilíbrios que permitem às sociedades caminhar em democracia efectiva.

As razões de existência dos sindicatos estão acrescidas.

## Cimeira Sindical Ibérica

A UGT decidiu unilateralmente adiar a Cimeira Sindical Ibérica, acto que dirigente da CGTP-IN considerou ser um prejuízo para os trabalhadores portugueses e espanhóis.

Esta central sindical, em comunicado, adianta que «os grandes e profundos problemas que se põem aos trabalhadores no plano nacional e internacional e para os quais é fundamental a resposta convergente das centrais sindicais não foram considerados na decisão do adiamento.»

A Cimeira irá acontecer no quarto trimestre do ano.

## Festa do emigrante português na Suíça

Portugal marcou a sua presença nesta festa, através do desfile de mais de 600 portugueses, componentes dos ranchos folclóricos, das muitas associações de emigrantes da Suíça, que com o colóquio dos seus trajés e a alegria dos seus elementos deram mais luz às ruas de Zurique.

A União dos Sindicatos Suíços e a CGTP-IN patrocinaram esta Festa Sindical, iniciativa que encheu completamente a grande sala da Casa do Povo de Zurique (Volkshaus), calculando-se em mais de 2500 portugueses os que durante todo o dia 31 de Agosto, conviviam e confraternizaram em sua alegria.

Festa do movimento sindical com emigrantes, que dignificou e marcou a presença dos trabalhadores na Suíça.

O sucesso desta iniciativa dá-nos a certeza de que outras realizações no género se seguirão, em momento oportuno e em outras regiões da Suíça, país onde trabalham e vivem 120 mil portugueses.

A Delegação da CGTP-IN a esta Festa era composta por Carlos Trindade — Membro da C. Executiva da CGTP-IN e Joaquim Fernandes — responsável do Sector de Migrações da CGTP-IN.

## Prisão de sindicalistas

A CGTP-IN protestou fortemente contra a prisão de dirigentes sindicais na República Centro Africana, em carta enviada ao seu presidente.

A Central sindical exigiu a sua imediata libertação e declarou a sua solidariedade para com as acções empreendidas por esses dirigentes na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores daquele país africano.

## CGTP-IN em Cabo Verde

Carvalho da Silva chefiou uma delegação da CGTP-IN que visitou Cabo Verde, a convite da UNTC-CS, União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde — Central Sindical, tendo-se avistado com a estrutura sindical daquele país e ainda com o Presidente da Assembleia Nacional Popular, Dr. Amílcar Spínice Lopes, com o Secretário-Geral do PAICV, Pedro Pires e com o Dr. João Salgueiro, embaixador de Portugal.

## CGTP-IN saúda libertação de sindicalistas turcos

Ao tomar conhecimento da decisão do Tribunal Militar de Ancara de ordenar a libertação de cerca de 3 centenas de sindicalistas turcos e de revogar a interdição que pendia sobre a sua Central Sindical — a DISK — a CGTP-IN congratula-se com esta medida e felicita aqueles militares sindicais pelo êxito da sua luta.

A CGTP-IN realça a importância que teve nesta decisão a luta do movimento sindical e das forças democráticas turcas, bem como a solidariedade internacional que se foi manifestando face à situação vivida na Turquia, fazendo votos de que esta medida constitua um passo para a efectiva e total democratização da sociedade turca.

## Solidariedade com o Povo da Coreia

Por ocasião da passagem do mês de solidariedade (Agosto) com os trabalhadores e povo da Coreia, a CGTP-IN saudou os trabalhadores coreanos na sua luta pelo estabelecimento dum acordo de paz, com uma declaração de não agressão entre o Norte e o Sul e a retirada das tropas norte-americanas da Península, no seguimento das resoluções das Nações Unidas, visando uma região desnuclearizada, paz e de democracia.

# Acontecimentos na URSS

Para a CGTP-IN, «os acontecimentos na URSS vieram alterar substancialmente a correlação de forças neste país e influenciar a situação mundial.»

A central sindical adianta que «como todos os movimentos políticos e sociais que abalam profundamente as sociedades humanas, o processo da URSS está longe de ter estabilizado. A instabilidade na URSS é uma preocupação para os trabalhadores e os democratas em todo o mundo.»

Os perigos, na opinião da CGTP-IN, residem fundamentalmente na alteração do equilíbrio necessário à condução dum processo de desarmamento e de paz, no aproveitamento ideológico pelas forças de direita para relançar os seus valores e soluções que a vida de-

monstrou nada resolverem e nas tentativas de revanche social do patronato, visando atacar direitos económicos e sociais dos trabalhadores.»

Considera a CGTP-IN que «no contexto actual, reforça-se a necessidade de convergência das forças democráticas, no sentido de as suas propostas alternativas às soluções de direita, consubstanciarem o aprofundamento e alargamento da democracia em todas as suas vertentes, designadamente, política, económica, social e cultural.»

A central refere que a actual situação internacional dá ao movimento sindical uma maior responsabilidade e vem dar maior realce à necessidade de acção conjunta de todo o movimento sindical europeu, em torno da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), visando lutar pela aprovação e aplicação da carta social europeia e para desenvolver a solidariedade com os trabalhadores e os povos, por forma a que, pelo exercício da democracia, construíam os caminhos do progresso a que tanto aspiram e que só o socialismo respeitador dos direitos humanos, das liberdades democráticas, designadamente da liberdade sindical e dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores, pode permitir.

Recorde-se que esta posição da CGTP-IN vem na sequência de posições anteriores, uma delas tomada pelo seu departamento de informação logo no primeiro dia do golpe e outra pela Comissão Executiva, reunida pela primeira vez desde aqueles acontecimentos, no dia 22 de Agosto. Antes, no dia anterior, Manuel Carva-

lho da Silva, coordenador da CGTP-IN, em declarações ao canal 2 da RTP afirmava que «à base dos seus princípios, já evocados na nota emitida a 19 de Agosto, a CGTP-IN não pode ter outra posição que não seja a condenação inequívoca de comportamentos antidemocráticos e ilegais.»

No dia seguinte, a Comissão Executiva, convocada extraordinariamente para apreciação dos acontecimentos verificados na URSS, viria a «congratular-se com o regresso à normalidade constitucional naquele país e com a derrota da tentativa de golpe de Estado e felicitou o povo soviético pela sua corajosa acção tomada pela primeira vez desde aquele acontecimento, no dia 22 de Agosto. Antes, no dia anterior, Manuel Carva-

## Direitos

# Instabilidades e ataques

Quatro anos de «estabilidade» vieram trazer a maior instabilidade ao mundo laboral. O Governo de Cavaco Silva não descansou enquanto não pôs em causa direitos fundamentais dos trabalhadores. Em resposta, teve de arcar com as maiores reacções de protesto que alguma vez se viram em Portugal e com uma greve geral que pôs o país em estado de estupefacção a olhar para um Primeiro-Ministro que garantia ter tomado o pequeno almoço nesse dia.

Fica a certeza de que o progresso não passa por aqui.

N o quadro da campanha eleitoral actualmente em curso, o governo Cavaco Silva tentou transformar a «estabilidade» num dos seus principais trunfos.

Ao iniciar as suas funções, desde logo o mesmo governo manifestou todavia propósito bem diverso na área laboral, tendendo-se o Ministro do Emprego permitido mesmo, em entrevista a um jornal diário, afirmar que a era da estabilidade nas relações de trabalho chegara ao fim.

Com efeito, em Dezembro de 1987 o governo deu a conhecer um conjunto de medidas legislativas que deliberadamente atentavam contra a segurança no emprego.



Daquele conjunto sobressai, pela sua evidente importância, a proposta de nova regulamentação dos despedimentos, individuais e colectivos.

Como é sabido, a intensa luta desencadeada pelas organizações sindicais contra o «pacote laboral» — luta que culminaria com a greve geral de Março de 1988, levada a efeito com reconhecido êxito, conjugada com a declaração, pelo Tribunal Constitucional, da inconstitucionalidade de várias das normas nele contidas, obrigaram o governo a pôr de lado, temporariamente é certo, os seus projectos de acabar com a estabilidade nas relações de trabalho.

Em Dezembro de 1988, o governo voltou à carga com novo «pacote laboral». De novo, e mais importante que tudo o mais, a alteração de Lei dos Despedimentos constituiu o objectivo central a atingir.

Apesar da rejeição generalizada por parte dos trabalhadores e das suas organizações representativas, o novo projecto passa o crivo da fiscalização do Tribunal Constitucional e é publicado em Diário da República, em 27 de Fevereiro de 1989.

Este Governo conseguia assim satisfazer uma velha aspiração do patronato e confirmava em absoluto a vontade desde cedo manifestada de acabar com a estabilidade nas relações de trabalho.

Pouco mais de um ano após a publicação do pacote laboral de 1989 (e 8 meses

após a sua entrada em vigor) o patronato, visivelmente insatisfeito com as alterações introduzidas, apresentou, no âmbito do CPCC, às Confederações Sindicais, nova proposta de revisão das leis laborais.

Entrou-se num período negocial, que se foi arrastando até o Governo vir dar uma moção ao patronato e envolver-se empenhadamente num processo de negociação de um Acordo Económico e Social que, supostamente tentaria conciliar as posições diferenciadas do patronato e das confederações sindicais.

É conhecida a atitude responsável da CGTP-IN em todo o processo negocial, sendo a ela que cabe a responsabilidade de várias das matérias positivas que acabaram por fazer parte do Acordo Económico-Social, como a reforma do sistema de segurança social, a adopção de medidas que garantam a eficácia da justiça no trabalho e os acordos sobre higiene e segurança no trabalho e formação profissional.

Como é sobretudo conhecido, a CGTP-IN não assinou o AES por considerar gravosos muitos dos seus conteúdos, que na verdade introduziam matérias que claramente visavam a flexibilização e desregulamentação do trabalho.

O Governo, mais uma vez, punha-se do lado patronal. As suas propostas violam direitos fundamentais dos trabalhadores e repre-

sentam um enorme retrocesso social.

Registe-se que muitas dessas alterações ainda não foram publicadas, com excepção do regime jurídico das pré-reformas e geraram um forte movimento de protesto, consubstanciado em inúmeras lutas travadas em todo o país.

O carácter retrógrado deste Governo ficou à vista. Os maiores ataques à legislação laboral, naquilo que a tinha de positivo, partiram daí.

Como noutros sectores, também aqui o desenvolvimento e o progresso ficaram adiados.

Só a título de exemplo, remota-se o projecto que permite o despedimento do trabalhador por inadaptação ao qual, no entender da CGTP-IN, para além de introduzir uma nova forma de despedimento sem base disciplinar, constitui um forte motivo de marginalização social de trabalhadores; o projecto que prevê a possibilidade de um alargamento exagerado do período experimental e, tão ou mais grave, a distinção entre grandes e pequenas empresas, atribuindo a estas últimas um período experimental mais elevado; e o projecto sobre a duração e adaptabilidade dos horários de trabalho que, tendo em conta a globalidade das alterações introduzidas, limita muito substancialmente a autodisponibilidade dos trabalhadores, com implicações directas na sua organização pessoal e familiar.

## Saúde

# Um bem de consumo

Com este Governo, o direito à saúde, tal como está estipulado na Constituição, foi «letra morta». A lógica foi «quem quer saúde paga-a», como se se tratasse de um qualquer bem de consumo.

No entanto, o sector é aquele que mais tem sofrido com medidas eleitoralistas.

Apesar destes últimos anos do Governo PSD, a orientação política adoptada para o Sector da Saúde tem visado a destruição do Serviço Nacional de Saúde e a criação de condições para a implementação dos seguros/saúde (ou doença).

A acção governativa neste delicado sector, tem procurado desarticular os serviços públicos de saúde, degradar as condições de trabalho e de atendimento dos utentes, retirar meios financeiros indispensáveis, impor gestões ruinosas e iniciar a privatização de centros de saúde e de hospitais públicos.

A aprovação na Assembleia da República da Lei de Bases de Saúde elaborada pelo Governo veio dar-lhe a necessária «cobertura legal» para o desenvolvimento desta política, que visa transformar o direito constitucional à saúde, num privilégio de alguns.

O Governo fingindo ignorar a experiência obtida em diversos países mais de-



senvolvidos, que têm vindo a abandonar o sistema seguro-saúde, procura implementá-lo no nosso país, como se ele constituísse uma solução válida para a resolução dos graves problemas existentes e resultantes da desarticulação e afixia financeira do Serviço Nacional de Saúde.

A instauração do seguro-saúde significaria que cada português passaria a ser tratado nos serviços de saúde de acordo com o seu nível económico e dependente do montante do seguro esteira.

Nesta ofensiva global contra o direito à saúde importa referir e denunciar, a mudança tática do Governo durante este mandato.

A 1.ª fase, conduzida por Leonor Beza, foi caracterizada por grande agressividade para com os profissionais de saúde transformados em bodes expiatórios da incompetência governamental e de grande demagogia junto da opinião pública. Uma vez fracassada esta acção ministerial, pelos seus resultados e pelos «espessos fumos» de corrupção, o Governo alterou, «e métodos»,

passando a actuar com discreção, mas mantendo os mesmos objectivos e inclusivamente aprofundando os aspectos negativos da sua política.

O Governo PSD, tem demonstrado pela sua acção política neste sector, que o direito à saúde estipulado na Constituição é «letra morta», e que os cidadãos o terão de pagar, como se se tratasse de um qualquer bem de consumo.

Mário Jorge  
Sind. Médicos Zona Sul

## Educação

# Mudar de rumo

A análise crítica destes 4 anos tem forçosamente de considerar que a política educativa não se processa no interior de um vazio social, antes faz parte de um conjunto de orientações políticas de carácter global, envolvendo não apenas o ministro da Educação mas igualmente o conjunto do Governo, e particularmente o Primeiro-Ministro.

Temos caracterizado o actual momento educativo, aliás partilhando de uma lúcida apreciação da OCDE, como de círculo vicioso. O Governo, directamente ou através do Ministério da Educação, manifesta em acções uma profunda desconfiança nos professores (v.g. o novo modelo de gestão das escolas; a prova de candidatura, etc.), nega condições de trabalho e vencimentos dignos e compatíveis com as qualificações e importância social da profissão. Os professores manifestam face à chamada reforma educativa um pessimismo generalizado e atravessam uma fase de grande desinvestimento profissional, não aceitando a condição de bodes expiatórios para uma política feita à sua margem e, em muitos casos, contra os seus direitos e autonomia profissional.

Se existe um traço dominante na opinião que os professores têm da equipa do Ministério da Educação, liderada por Roberto Carneiro, é total perda de confiança, nos seus propósitos e na sua capacidade técnica. Pode-se mesmo afirmar que a atitude-tipo dos professores face a qualquer medida ou projecto do ME é presentemente a mesma da-

quele velho provérbio: *daí nem bons ventos nem bom casamento.*

Roberto Carneiro e a sua equipa conseguiram reduzir praticamente a zero as expectativas e as esperanças de mudança na situação escolar e profissional que a generalidade dos professores (e da opinião pública) acalentaram em 1987/88.

Impõe-se uma mudança de rumo. Do confronto gratuito, como o que resultou ainda bem recentemente do não pagamento dos escalões, tem de se passar ao respeito pelos compromissos assumidos. Da imposição, como a da tentativa de criar um filtro na progressão da carreira através da prova de candidatura, tem de se passar a uma verdadeira negociação com quem representa os professores e não com organizações de fraca credibilidade e representatividade. Da retórica discursiva, como a que tem marcado a chamada reforma educativa, tem de se passar a uma estratégia de reforma que ensaie uma fase de grandes compromissos com verdadeiros actores da mudança, participantes activos em todas as fases, da concepção à aplicação.

A superação deste círculo vicioso, que caracteriza a actual situação educativa, impõe uma radical (no seu sentido etimológico, de ir à raiz dos problemas) mudança de rumo na educação nacional. Que cada um de nós, conscientemente, enquanto cidadão e enquanto professor, dê o contributo possível para essa mudança necessária.

António Teodoro  
secretário-geral da FENPROF

## Enfermeiros

# Governo não honra compromissos

A revisão da Carreira de Enfermagem foi objecto de negociação entre o Governo e a CNESE de 31 de Outubro de 1990 a 25 de Junho de 1991.

Foi uma luta árdua, que implicou a realização de várias manifestações da vontade dos enfermeiros, designadamente uma Greve Nacional em 7 de Maio passado.

Foi também um processo que consideramos globalmente positivo, apesar de não contemplar todas as reivindicações apresentadas, tendo a CNESE, numa atitude construtiva e responsável, suspenso uma greve marcada para os dias 20 e 21 de Junho p.p., dando ter sido possível estabelecer consenso em várias matérias importantes da Carreira de Enfermagem.

Em 27 de Junho, um Plenário Nacional de Enfermeiros ratificou a decisão

acima referida, tendo decidido também a radicalização de formas de luta caso o Governo eventualmente não cumprisse os compromissos que assumiu no final da negociação — a rápida publicação do novo diploma da Carreira de Enfermagem.

Todavia, volvidos quase três meses sobre a conclusão da negociação, o Governo não manifesta vontade política para dar continuidade ao processo. As várias insistências da CNESE, incluindo uma vigília junto à residência oficial do Primeiro-Ministro em 24 de Julho, não houve qualquer resposta favorável.

Finalmente, no final de Agosto o Ministério da Saúde informou-nos que o projecto da Carreira de Enfermagem foi apresentado em Conselho de Ministros mas não foi aprovado.

Fica assim demonstrada a falsidade do Governo que durante quase um ano nego-

ciou com os Sindicatos representativos dos enfermeiros, estabeleceu consensos que estão descritos em acta e por fim acaba por nada cumprir, querendo que tudo regressar ao ponto zero.

Com esta atitude o Governo demonstra assinalável má-fé, falta de seriedade e de honestidade política, que em nada prestigiam governantes que tanto apregoam a transparência e a concertação social. Não há concertação possível quando uma das partes não honra os compromissos assumidos!

Só a falta de ética, a desonestidade e a hipocrisia do Governo tornaram possível a calendarização das lutas. Mais uma vez, os enfermeiros saberão responder, mostrando a sua força e determinação em prol de direitos negociados e cujo atraso na publicação traz enormes prejuízos para a classe.

Augusto Jacinto  
Sind. Enfermeiros

A habitação transformou-se num sonho longínquo. Falta entre 500 mil a 800 mil fogos para satisfazer as carências. O crédito está impossível. O Governo não tomou uma única medida tendente a alterar a situação.

## Habitação

# Difícil, difícil, difícil

Porque é que não se ouve falar do problema da habitação? Porque é que o Governo não se vangloria das vitórias conseguidas nesta área?

A resposta está à vista: a administração central não promove, actualmente, a construção de um único fogar. Mantém-se a carência assustadora de 500 mil a 800 mil fogos. A degradação permanente e acentuada do parque habitacional estima-se que atinja 20 a 25 mil fogos/ano. São registados por ano cerca de 70 mil camamentos, pelo que a procura aumenta.

Na verdade não há razões para basofias. É impossível disfarçar o gravíssimo problema social em que a habi-

tação se transformou. São conhecidas as dificuldades no acesso à habitação e ao crédito.

Dos fogos construídos, apenas 1,7 por cento se destinam a arrendamento. Daí o estrangulamento do mercado.

A aquisição de habitação é feita quase exclusivamente com recurso ao crédito, com elevadas taxas de juro, o que serve cada vez mais, apenas famílias de média e alta solvência.

Registe-se que o número de contratos em 1990 corresponde apenas a 60 por cento dos contratos celebrados em 1987.

Revelador da situação é o facto de um agregado familiar em 1989, para ter acesso a um empréstimo de montante igual a outro con-

traído em 1987, necessitava de ter um acréscimo de rendimento na ordem dos 80 por cento, relativamente ao que auferia em 1987.

Sabendo nós que mais de metade dos portugueses, segundo dados oficiais, auferem rendimentos per capita inferiores a 45 mil escudos, torna-se claro que a grande maioria das famílias não tem de facto acesso à habitação, nas actuais condições.

Que dizer então dos jovens, a iniciar a vida, com salários baixos e empregos precários?

É necessário, nesta área, tomar um conjunto de medidas que actuem em simultâneo nas várias componentes do processo. Não o foram, pese embora o propagandeado crescimento económico.

## Contenção salarial continua

O Governo tem vindo a desenvolver uma campanha que visa responsabilizar o crescimento dos salários pela manutenção de uma elevada inflação. A CGTP-IN considera que, não havendo razões económicas que suportem uma tal análise, o Governo tem em vista limitar mais o crescimento dos salários desde já e criar «ambiente» a uma política restritiva para depois das eleições — na hipótese, naturalmente, de que o PSD volta a ser Governo.

A fixação pelo CPDS de um novo referencial de 12,5% para a contratação colectiva no 2.º quadrimestre deste ano, a que a CGTP-IN se opôs, votando contra, insere-se neste contexto.

A CGTP-IN considera que a evolução da inflação nos primeiros sete meses de 1991 indica claramente que a previsão de 11% estabelecida pelo Governo não será atingida, apesar de se ter verificado um abrandamento do ritmo de crescimento dos preços, em Julho. Neste mês, a inflação média anual situava-se em 12,8% — precisamente o valor verificado um ano antes.

Nos últimos 12 meses a inflação cresceu a um ritmo de quase 1% ao mês. A manter-se esta evolução, a inflação não será inferior a 12% no final do ano. Esta é, aliás, a opinião da generalidade dos observadores económicos. O Governador do Banco de Portugal afirmou a este respeito que «o objectivo de 11% para a inflação como meta anual não é viável» («Semáforo Económico», 19-7-91).

Face à esta evolução da inflação o Governo tem procurado responsabilizar o crescimento dos salários, que terá sido demandado elevado face às possibilidades da economia.

A verdade é que os aumentos dos salários nos últimos anos esteve sempre aquém das possibilidades económicas. Os salários tiveram crescimentos que, em regra, foram inferiores ao crescimento da produtividade.

O balanço rigoroso do impacto do extraordinário aumento do volume de oferta da formação profissional verificado nos últimos seis anos, a partir do momento em que o nosso país passou a ter acesso a fundos financeiros provenientes da Comunidade, está ainda por fazer.

## Seis anos de formação profissional

A súbita passagem de uma situação de privação relativa a tempos de «verdor» veio permitir que mais de um milhão de pessoas passassem por acções de formação, mas tem deixado atrás de si um rasto de descontentamento, traduzido sobretudo na correcção da utilização de tais fundos e na qualidade de muitas das formações que têm sido oferecidas.

Embora sendo um país altamente carecido, não foram criadas todas as condições para tirar o devido partido destes vultosos apoios, apostando na qualificação da força de trabalho o que poderia constituir uma contrapartida económica e social ao choque da adesão.

Apesar dos múltiplos aspectos negativos que não permitiram a melhor potencialização dos recursos disponibilizados, não podemos deixar de sublinhar que por esta via muitos jovens tiveram acesso a uma qualificação que lhes abriu melhores possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, muitos trabalhadores melhoraram ou alteraram as suas qualificações e muitos desempregados passaram a equacionar a forma diferente as suas reais perspectivas de emprego.

Além disso, permitiu emergir e tornar bem visível esta debilidade estrutural, tornando a qualificação dos recursos humanos numa das preocupações da sociedade portuguesa.

Com significativo atraso, a pouco e pouco, têm vindo a ser introduzidas alterações ao funcionamento do sistema, corrigindo a rota e o rumo da formação profissional em Portugal. A tal

mudança não é estranho o envolvimento crescente do movimento sindical e, em particular, da CGTP-IN. Muitas das soluções hoje adoptadas já tinham sido propostas em documentos e intervenções da Central, nomeadamente na Plataforma para a Acção Sindical, aprovada no VI Congresso, em Maio de 1989.

Deste modo, foi possível, no final de Julho passado, a CGTP-IN subscrever, com os outros parceiros sociais no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, um Acordo Político de Formação Profissional. Fe-lo por considerar que o Acordo em si representa um importante referencial para o desenvolvimento da política de formação no nosso país.

Apesar de positivo, o Acordo podia ser mais usado e ir mais longe em muitos aspectos que consideramos importantes. Porém, tal não foi possível devido à postura retrógrada das confederações patronais aliadas à complicidade do Governo, temperadas com alguma dose de incongruência da UGT.

Em primeiro lugar, é possível reconhecer um maior campo de intervenção da negociação colectiva nas questões da formação profissional, em particular da organização do tempo de trabalho. Por outro lado, poder-se-ia ter ido mais longe no que respeita à obrigatoriedade de consulta dos representantes dos trabalhadores sobre os planos e projectos de formação profissional, a todos os níveis, a começar pela empresa.

Consideramos ainda como instrumento indispensável para o maior acesso à formação contínua, sal-

vaguardando a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e regulamentação do crédito de horas ou de licença para formação. Continuaremos a bater-nos para que a formação contínua decorra, preferencialmente, durante o horário de trabalho, o que significa o reconhecimento do tempo de trabalho como o dedicado à produção e à formação.

Se em relação às propostas que apresentámos relativamente a estas matérias não estranhámos a postura das confederações patronais, que em matéria de formação profissional se limitam a tudo exigir e nada querer dar, já quanto às outras propostas que não «beliscavam» os seus interesses não podemos deixar de registar e tornar público o silêncio do Governo e a cumplicidade da UGT.

Referimo-nos às nossas propostas, visando a garantia da igualdade de oportunidades no acesso à formação por parte dos trabalhadores portugueses emigrantes em países da Comunidade e ao desenvolvimento da formação profissional na Administração Pública.

Em relação aos primeiros, o Acordo não faz qualquer referência, apenas porque todos os restantes parceiros não aceitaram a nossa proposta.

O Acordo abrange a Administração Pública, «cujas exigências específicas decorrentes da lei são salvaguardadas».

Porém, em concreto, apenas prevê que o Governo atribuirá elevada prioridade às diligências tendentes ao cofinanciamento, pela Comunidade Europeia, da formação dos trabalhadores do sector.

E, no mínimo, estranho que a UGT não dê o seu apoio a esta proposta da CGTP-IN, complementar daquela. O Governo em articulação com as organizações representativas dos trabalhadores da Administração Pública, promoverá o aumento significativo das acções de formação profissional no sector, tendo em conta as necessidades da melhoria dos serviços prestados, bem como os interesses dos trabalhadores, particularmente da sua formação profissional.

A CGTP-IN enquanto subscritora do Acordo tudo fará para que este seja integralmente cumprido, batendo-se ao mesmo tempo para que estas e outras propostas, que consideramos válidas e justas e não foram incluídas, venham a ser materializadas. São propostas viradas para o futuro de progresso que só os que têm uma visão passadista e retrógrada do nosso desenvolvimento não querem ver.

Como se refere num estudo do IRDAC (Comité Consultivo para a Investigação e Desenvolvimento Industrial das Comunidades Europeias), «os países ganhadores serão aqueles cuja população activa possa beneficiar de melhor educação a todos os níveis».

O desenvolvimento da formação profissional — enquanto via para a melhoria da qualificação dos recursos humanos e da qualidade do emprego e para o combate à precariedade — na perspectiva do desenvolvimento solidário do nosso país, tem na CGTP-IN um parceiro determinado e empenhado, uma força necessária, que ninguém pode escamotear.

Luís Costa

## A farsa do crescimento económico

Já por diversas vezes desmontámos aqui as razões do crescimento económico verificado no nosso país. Já por diversas vezes afirmámos que, ao contrário do que diz o Governo, esse crescimento é mais imputável a factores externos do que a qualquer acção positiva por parte do Governo que, de resto, desbaratou a possibilidade de operar profundas reestruturações no aparelho produtivo, possibilitando assim um desenvolvimento sustentado em bases sólidas.

Agora é Alfredo de Sousa, economista da área do PSD, que vem publicamente afirmar que «imputar-se a si próprio o mérito de um crescimento superior à média comunitária, como sistematicamente Cavaco Silva faz, é pura desonestidade intelectual».

O conhecido economista adianta que «a economia portuguesa beneficiou grandemente e sob diversas formas da entrada plena na CEE e da boa conjuntura externa, verificada sobretudo nos 3 anos iniciais». Ora, ne-

nhum destes dois factores se deve minimamente ao actual Primeiro-Ministro.

Na realidade, nos últimos 4 anos, entraram em Portugal, vindos da CEE, 700 milhões de contos. Bem ou mal aplicados esta entrada de dinheiro teria forçosamente de ter reflexos no País.

Se analisarmos a notável conjuntura externa verificada entre 86 e 89 chegamos à conclusão que era difícil a economia portuguesa apresentar mais resultados.

Nessa época, teve lu-

gar a queda do preço do petróleo e de outras matérias-primas, a depreciação do dólar, a desistência das taxas de juro e a apreciação dos valores dos mercados dos nossos clientes (EUA e CEE).

Quando há uma desistência no preço relativo dos bens importados isso equivale a um aumento do poder aquisitivo real dos residentes e a uma diminuição da taxa de inflação. Cavaco Silva não precisou de mexer um dedo.

Será curioso reflectir sobre o que seria a taxa de inflação hoje sem esta

componente externa. Outro factor importante foi a decisão das taxas de juro. Naqueles 3 anos, a taxa de juro da dívida externa portuguesa desceu cerca de 3 pontos percentuais. Para uma dívida de cerca de 2,6 mil milhões de contos no início de 1986, cada desistência de um ponto percentual representou uma poupança de 26 milhões de contos por ano, ou seja, cerca de 0,6 por cento do PIB. E não foi preciso Cavaco Silva fazer rigorosamente nada para isto acontecer.

Alfredo de Sousa, o

economista que fomos vindo a citar, garante que «a taxa de crescimento real média durante estes 5 anos (86 a 91) teria sido de 2,4% se o influxo externo não se tivesse produzido». Ou seja, não ultrapassaria a média europeia.

Em suma, o mérito de Cavaco Silva não nesta matéria. A reestruturação profunda do sistema produtivo não se fez. Ficou adiado o desenvolvimento sustentado em bases sólidas. Uma oportunidade perdida. Infelizmente.

# A Qualidade do emprego: Uma questão estratégica

A qualidade do emprego assume cada vez mais um papel decisivo num quadro económico europeu caracterizado pelo reforço da integração e pela intensificação da concorrência.

Invoca-se hoje muito o baixo nível de desemprego e o aumento do emprego, sendo estes alguns dos temas preferenciais da campanha do Governo. No entanto, os despedimentos colectivos (ou, se se quiser, a redução colectiva do emprego) estão a accentuar-se em diversos sectores industriais como o têxtil, a metalurgia, os lanifícios, as ind. eléctricas, as ind. químicas, etc. É sintomática a pressa com que o Governo veio a publicar a legislação sobre as pré-reformas. Por outro lado, a precariedade do emprego mantém-se elevada. Esta situação leva a pensar que existe uma forte mobilidade no trabalho e leva a pôr a questão fundamental da qualidade do emprego criado — ou transformado, já que em muitos casos se trata de facto da conversão de empregos permanentes em precários.

Como avaliar a qualidade do emprego? A resposta não é fácil porque terá de ponderar diversas questões. Que empregos são criados? Aumenta ou decresce a precariedade de emprego? Os empregos são mais qualificáveis? Reforçam-se os direitos dos trabalhadores, ou accentua-se a desregulamentação?

1.1 — O emprego e a especialização da economia

Uma primeira questão tem a ver com os sectores que estão a criar empregos, se parte do crescimento verificado não assenta em sectores que não são competitivos, ou não serão no futuro competitivos. A qualidade do emprego está estreitamente associada à qualidade da especialização industrial, como acentua um estudo da Comissão das Comunidades sobre o impacto na indústria do mercado interno de 1993. Uma mais elevada qualificação do trabalho estimula a adopção de escolhas tecnológicas e organizacionais mais qualificadas. Inversamente, uma política de baixos salários e de condições de trabalho degradadas reforçará as tendências para o «dumping social» e para o «trabalho negro».

1.2 — O emprego e os desequilíbrios regionais

Este problema tem implicações muito mais vastas que a do emprego.

Na opinião de um demógrafo (J. M. Nazareth), a assimetria Norte/Sul foi substituída pela oposição Litoral/Interior. O litoral virá a concentrar 1/3 da população. «O resto é o interior, ou seja, aquela faixa que vai de Vila Real/Bragança até à serra do Algarve, com um enorme vazio e com cidades interiores é certo, mas eventualmente à espera de uma oportunidade para se deslocarem em direcção à mancha urbana».

Haverá certamente mais e melhores estradas. Mas estas serão construídas numa lógica, não de desenvolvimento regional, mas de acesso aos grandes mercados da CEE — ou talvez a inversa seja mais verdadeira.

No interior, as crises agudas de emprego serão «resolvíveis», pela emigração

(temporária ou não), pela saída para os centros urbanos e pela conjugação de rendimentos resultantes de empregos ocasionais ou sazonais com os da segurança social (subsídio de desemprego).

1.3 — A precariedade e a clandestinidade do emprego

Muitos dos empregos «criados» nos últimos anos resultam de facto da transformação de empregos permanentes em empregos precários — nalguns casos trata-se dos mesmos trabalhadores.

Os dados dos Balanços Sociais das empresas com 100 e mais trabalhadores indicam uma alta taxa de contratos a prazo e a tendência para o seu agravamento.

Poderá também referir-se um estudo efectuado pela Federação das Indústrias Eléctricas que aponta uma forte incidência da contratação a prazo no sector, sobretudo nas grandes empresas multinacionais: Cabesa (C. Branco), 80%; Indelma, 66%; BPO, 97%; Yazaki, 55%; Kromberg, 50%; Siemens, 26%; Roederstein, 41%; Philips, 26%; Grundig Elect., 22%; ARP, 36%; etc.

Assim, não há indicações seguras de que o crescimento económico e a legislação mais apertada sobre os contratos a prazo (por «compensação» com uma maior liberalização dos despedimentos) se esteja a tra-

duzir na redução desta forma de precariedade, como se pretende fazer crer.

1.4 — A qualificação do trabalho

A evolução da estrutura das qualificações indicam um peso muito elevado dos trabalhadores com mais baixo nível de qualificação, que representam em 1989 cerca de 35% do emprego total. Este índice de qualificação média e a sua evolução indicam uma rigidez do nível de qualificação, apesar dos colossais gastos em formação profissional e da tendência para o aumento do nível de escolarização.

## Quadro II ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO MÉDIA

ANO	IQM
1989	34,9
1988	34,1
1987	34,4
1986	34,0
1985	33,9

Fonte: Obido a partir dos Quadros de Fossal, Içamento: IQM=Prof. semqualif. + Prof. não qualificado. Total - Praticantes e aprendizes

Estes dados permitem também questionar a eficácia da formação profissional, sendo certo que é significativo o número de trabalhadores abrangidos. Não foi o próprio secretário do Emprego e da Formação Profissional a confessar que «o sistema permitiu que a

lógica do dinheiro fácil fosse predominante e com ele se resolvessem problemas estranhos ou laterais em relação à formação profissional?».

3.5 — Os direitos dos trabalhadores

A conversão de empregos permanentes em precários é um indicador fundamental sobre a qualidade dos empregos. A precarização do emprego enfraquece todos os direitos dos trabalhadores, nas suas dimensões individual e colectiva.

As reestruturações (sectoriais e de empresa) não deixam de constituir, em muitos casos, um imperativo económico. A necessidade de modernização económica também. O problema não está aí, mas na «modermissa» tese do determinismo tecnológico, que, na sua versão mais extrema, pretende justificar o enfraquecimento ou aniquilamento dos direitos sociais e dos trabalhadores por «necessidades» tecnológicas. É isso que estamos hoje a assistir na realidade portuguesa — um enfraquecimento dos direitos em nome das «novas tecnologias».

(1) «Impact sectorial do marché intérieur sur l'industrie, 1990»

(2) Fossal, Jan 91

Fernando Marques  
Gabinete de Estudos da  
CGTP-INT

## Quadro I NÚMERO DE TRABALHADORES CONTRATADOS A PRAZO E TAXA DE CONTRATOS A PRAZO EM EMPRESAS PRIVADAS

ANO	N.º TRAB.	% C. PRAZO	TAXA
1989	218 380	61 266	28,1
1988	221 028	60 907	27,6
1987	221 582	49 888	22,1
1986	208 589	37 783	18,1

Fonte: MESS, Balanço Social, Anexo A (empresas do sector público e empresas com mais trabalhadores)

## Emprego precário Estamos na linha da frente

O ue o fenómeno de crescimento desmesurado do emprego precário em Portugal assumia foros de escândalo e proporções alarmantes, já nós sabíamos. Só faltava a CEE vir confirmá-lo. Agora já não falta.

Dizem os números da Comunidade que Portugal vai na linha da frente em matéria de trabalho a prazo. Qual autentico recordeista, Portugal dá uma verdadeira abada à esmagadora maioria dos países da CEE que não chegam a ter 1/3 do volume de contratados a prazo que existem em Portugal, exceptuando a Grécia, Espanha e Alemanha, que estão a par com a segunda linha (ver quadro).

É curioso verificar, por exemplo, como o Reino Unido, com uma elevada taxa de desemprego, não recorre ao emprego precário como forma de mascarar essa taxa, nem tampouco, como porta de entrada de trabalho de jovens à procura do primeiro emprego.

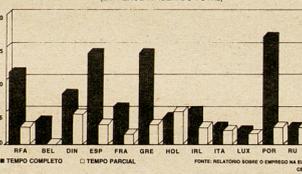
A questão do emprego precário é aliás, um dos domínios mais esquentados das discussões da Europa Social. As convenções internacionais sobre a matéria são fluidas e flexíveis e as legislações nacionais primam pela diversidade.

Países como o Grécia, Itália e Espanha interditam formalmente o recurso ao trabalho temporário, enquanto a Dinamarca, França, Alemanha e serviços. Portugal, como se sabe, permite-o em casos espe-

cializados por períodos de tempo limitado.

A questão reside também no uso e abuso de um certo laxismo legislativo e fiscalizador, por parte das entidades

## CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIO NA CEE (EM PORCENTAGEM DO TOTAL)



téxteis são cerca de 35 mil os trabalhadores ameaçados de despedimentos.

Enquanto a Portugal reduziu 418 postos de trabalho, a Abreu & Ca. (Tabaco) ameaça encerrar, lançando para o desemprego 400 trabalhadores.

Por rescisões de mútuo acordo, a Quimigel reduziu 3 mil postos de trabalho entre 87 e 90, enquanto a Petrogal fez o mesmo — 1500 trabalhadores.

A Siderurgia Nacional, no período que vai de 87 a 90 desempregou 1750 trabalhadores. Isto já para não falar da Setenave/Solinos que, no mesmo eríodo, reduziu mais de 2 mil postos de trabalho.

empregadoras, que fogem assim a todo um conjunto de obrigações sociais e fiscais, inerentes à existência de um vínculo permanente entre trabalhador e empresa.

## Emprego O barato sai caro

Na Comunidade Europeia somos o país em que o salário horário médio é o mais baixo — 1/3 da média comunitária — e em que cada português, em regra, está oficialmente no emprego mais 4 a 6 horas por semana do que o seu colega europeu.

Em contraste, o custo salarial de cada unidade do nosso Produto Interno Bruto sai 10% mais caro do que a média europeia e o período de laboração da empresa portuguesa é o mais pequeno de todos os Doze.

Como explicar isto? Dizendo apenas que, em matéria de emprego, o barato é arcaico sai caro e é insuficiente.

Estas conclusões surgem na revista «Economie Européenne» editada pela Comissão das Comunidades Europeias que acrescenta que, quando corrigido o preço do trabalho tendo em conta a sua produtividade, verificamos que os países periféricos da CEE apresentam desvios de custo por produto entre 11 e 25%, acima da média dos Doze.

O caso mais grave é o da Grécia, com um encarecimento em relação à média de 25%, segundo-se Portugal com um desvio de 14% e a Itália e Espanha com 11% cada.

Um relatório da Comissão das Comunidades, publicado o ano passado, diz «se os empresários e os poderes públicos julgarem que com salários baixos podem beneficiar de uma espécie de «dumping social» no seio da concorrência comunitária, estão redondamente enganados».

Presume-se que Cavaco Silva não tenha lido este relatório que conclui que «a chave do enigma está no facto de a produtividade média elevada nos restantes países da Comunidade compensar largamente a aparente vantagem dos salários baixos». Ou seja, a solução está nos novos métodos de organização de trabalho e de gestão da empresa.

Sendo o único país em que a duração semanal da jornada de trabalho ainda se situa nas 46 horas, Portugal não ganha com isso qualquer vantagem competitiva, uma vez que esta é cilindrada por uma má gestão do tempo de trabalho e métodos de produção arcaicos.

Em suma, os 6 anos consecutivos do Governo PSD foram, em termos de desenvolvimento, desbaratados numa apostia perdida: contença salarial e desregulamentação do mercado de trabalho.

## Despedimentos colectivos Situação alarmante

Começa a tornar-se alarmante a dimensão do que está na forja, em termos de despedimentos colectivos. O caso torna-se ainda mais grave se atendermos à idade dos trabalhadores abrangidos que ficam impossibilitados de arranjar alternativas.

Na Gite-Broades da indústria alimentícia, por exemplo, avançou-se com o despedimento dos trabalha-

dores com mais de 55 anos.

Noutros casos, como na CP, a redução fez-se através de reformas antecipadas.

Num breve levantamento realizado pela CGTP-INT e que peca por defeito, verificamos que só na indústria têxtil do Vale do Ave existem 26 mil trabalhadores com os postos de trabalho em risco. A indústria de lanifícios tem 10 mil trabalhadores na mesma situação. Em nove outras empresas



6 de Outubro

# Participar para mudar

O apelo dos trabalhadores para que participem no próximo acto eleitoral, a enumeração dos objectivos e conteúdos das reivindicações imediatas dos trabalhadores portugueses e o reconhecimento da importância da Conferência Sindical Nacional marcada para os dias 13 e 14 de Dezembro próximos constituem os pontos fundamentais da Resolução aprovada pelo Plenário da CGTP-IN que reuniu, em sessão extraordinária, no passado dia 12 de Setembro, em Lisboa.

Os sindicatos definiram ainda os conteúdos das comemorações do 21.º aniversário da grande central sindical portuguesa, que ocorre no próximo dia 1 de Outubro.

## Os insucessos da «democracia de sucesso»

Uma das mais importantes conclusões do Plenário foi a de que «a tão apregoadada (pelo Governo) «democracia de sucesso» não passa de um slogan propagandístico, visto que a realidade portuguesa contém importantes traços negativos, designadamente no plano dos desequilíbrios regionais e da política social». Os factos falam por si.

Os sindicalistas presentes recordaram no Plenário — e a Resolução transcreveu os seus contributos — muitos exemplos de insucesso da política do Governo com que convivem diariamente. Disseram que os despedimentos colectivos estão a

dos salários em atraso surge com alguma intensidade. A nódoa social que é o trabalho infantil volta a alastrar, como o comprova o relatório que a organização «Anti-Escravidagem» acaba de apresentar na ONU de que fala em 200 mil crianças obrigadas a trabalhar ilegalmente.

Trouxeram inúmeros testemunhos que indicam que, «longe de diminuir, a precariedade de emprego continua a crescer, assumindo um carácter generalizado quer ao nível de regiões quer de sectores de actividades». Aumenta o número de empresas que encerram, algumas das quais aproveitaram o período de férias para o fazer. O sector dos têxteis e do vestuário foram os que mais destes casos apontaram.

«Surtem indícios preocupantes — diz a Resolução — de que o Governo prepara uma nova fase de austeridade, no caso de vir a ganhar as eleições». Por isso pretende baixar ainda mais o nível dos rendimentos do trabalho, como indicia o novo referencial para a contratação colectiva no segundo quadrimestre deste ano, aprovado no Conselho Permanente de Concertação Social com a oposição da CGTP-IN. Entretanto, os rendimentos financeiros e de empresa continuarão, como tudo indica, a crescer.

Em total impunidade, patrões e administrações acentuam a escalada de «ataques aos direitos dos trabalhadores, sem que o Governo tenha tomado medidas eficazes de combate a tal situação quer no plano jurídico quer no plano dissuasor e fiscalizador», denunciou o Plenário.

As medidas do Governo, nesta vertente, acusa a CGTP-IN, têm, ao contrário do que seria justo esperar, «ido no sentido de alterar as relações laborais a favor do patronato». Os principais diplomas do Pacote Laboral inserem-se claramente nesta estratégia.

A CGTP-IN entende — e este Plenário corroborou esta ideia — que a política que tem vindo a ser prosseguida não responde aos problemas do país e que ela se opõe à satisfação das principais reivindicações dos trabalhadores e do seu movimento sindical. «Ela não perspectiva a resolução dos problemas laborais e sociais». A este respeito, a resolução é inequívoca.

Neste contexto, as eleições legislativas que se avizinham surgem como um «acontecimento importante para o futuro do país e dos trabalhadores, não só pelas suas implicações internas como pelo facto de, dentro em breve, entrarmos no período crucial do processo de integração na Comunidade Europeia e pela proximidade da presidência portuguesa». Seguindo esta ordem de raciocínio, o Plenário concluiu que «as situações concretas que afectam hoje os trabalhadores para que participem e votem no próximo acto eleitoral «de modo a que destas eleições legislativas resulte um Governo com uma política que concretize as aspirações dos trabalhadores, designadamente as que foram ex-

pressas na Plataforma Reivindicativa apresentada aos partidos políticos.

Nessa Plataforma, recorda-se, reivindica-se a salvaguarda dos direitos, o fim das discriminações e a revogação dos conteúdos gravosos do Pacote Laboral; uma mais justa distribuição do rendimento, a redução das desigualdades sociais e uma maior justiça social; mais solidariedade e melhor segurança social; redução da duração do tempo de trabalho; a dignificação do trabalho e a promoção da qualidade e estabilidade do emprego; em suma, a melhoria da qualidade de vida de quem trabalha e produz riqueza.

É em torno destes grandes objectivos que a CGTP-IN está firmemente disposta a continuar a lutar, independentemente da fase de campanha eleitoral em curso. A defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores assim o exige.

A CGTP-IN considera igualmente importante e necessário, no presente momento, «o incremento e o desenvolvimento da negociação colectiva e da participação dos trabalhadores».

## Conferência sindical nacional

Com a presença prevista de 250 dirigentes sindicais, está definitivamente marcada para Lisboa, a 13 e 14 de Dezembro, a Conferência Sindical Nacional.

Com início em sessão plenária às 11 horas do primeiro dia, a Conferência funcionará por sessões na tarde e noite do dia 13 e encerrará na manhã de 14 de Dezembro.

As questões de organização sindical, a acção reivindicativa e a intervenção sindical no quadro da CEE são três grandes temas em discussão desde já, em torno dos quais deverá girar toda a actividade sindical até Dezembro.

O aprofundamento do conhecimento da situação nestas áreas, a elaboração e desenvolvimento de propostas no âmbito da preparação e na própria Conferência poderão vir a constituir importantes contributos para o arranque da preparação do VII Congresso da CGTP-IN a realizar no próximo ano.

## 21.º Aniversário

No próximo dia 1 de Outubro, a CGTP-IN comemora o seu 21.º Aniversário. Face à proximidade das eleições — 6 de Outubro — as comemorações consistirão fundamentalmente em acções de esclarecimento no interior das empresas. É esse, de resto, o local privilegiado numa organização que em 21 anos nunca abandonou a defesa intransigente e a promoção dos direitos dos trabalhadores.

A maior organização social portuguesa, na passagem dos seus 21 anos de actividade, continua confiante no futuro e com a consciência de que os sindicatos reforçam a sua implantação na sociedade.

Em Lisboa, as comemorações incidirão, como no resto do país, fundamentalmente nas empresas. No dia 1 realizar-se-á uma acção de esclarecimento junto da população no Rossio, onde funcionará um carro de som. Os activistas sindicais concentrar-se-ão nesse local às 15 horas.

No Porto, para além das acções previstas nas empresas, realiza-se o dia 29 uma corrida de atletismo e no dia 1 à tarde, levava-se a efeito uma sessão comemorativa no cinema do Terço, onde contará com a presença de Manuel Carvalho da Silva.

Viseu, entre 23 e 27 de Setembro realiza uma jornada de informação e propaganda nas empresas, na rua e na imprensa regional. No dia 28 tem lugar um almoço/convívio no Monte de Santa Luzia. A 1 de Outubro, o Plenário de Dirigentes e Delegados Sindicais culminará com uma acção de rua.



## BOLETIM METEOROLOGICO

Auténtica inundação de promessas é o que se prevê para os fins de Setembro, início de Outubro, por força do anticiclone «eleições» estacionado em cima do nosso país.

Um vendaval laranja assolará o país de Norte a Sul e desaparecerá rigorosamente a 7 de Outubro.

Existem possibilidades de a depressão liberal estacionada na zona de S. Bento, há vários anos, desaparecer no princípio de Outubro. Se tal acontecer é provável que a frente quente «salários e pensões» entre em fase de enchimento.

A frente oclusa inaugurações, cujo ponto alto está neste momento a atravessar o continente, desaparecerá como que por milagre.

O Outono está aí. As laranjas começam a cair com a folha. A temperatura política irá subir.

Previnha-se, vote bem!